



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

AUDITORIA OPERACIONAL

RELATÓRIO FINAL

Funcionamento dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal

(Processo nº 00600-00009684/2022-51)



Brasília (DF) – 2024



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

RESUMO EXECUTIVO

A presente auditoria operacional foi realizada no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS/DF, tendo como objeto o funcionamento dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal.

O objeto da auditoria foi a regularidade do funcionamento dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal. Assim, foram analisados tanto a estrutura física e de pessoal que guarnecem os Conselhos Tutelares, quanto a presença de controles adequados e suficientes para o desempenho das suas funções legalmente instituídas.

O que o Tribunal buscou avaliar?

O objetivo geral foi avaliar se os Conselhos Tutelares do Distrito Federal estão suficientemente e adequadamente assistidos de uma estrutura administrativa e de pessoal capaz de possibilitar o ideal funcionamento e o alcance dos seus objetivos e finalidades.

Para alcançar esse objetivo, foram propostas três questões de auditoria:

1. Os Conselhos Tutelares do Distrito Federal possuem estruturas física e de pessoal suficientes e adequadas para cumprir suas atribuições e funções legalmente instituídas? (Decisão nº 1.932/2020 - Processo TCDF nº 21.944/2019);
2. Estão sendo observadas as diretrizes estabelecidas na Lei nº 5.294/2014 e no Decreto Distrital nº 37.950/2017, em relação à vedação do acúmulo de cargos e funções pelos Conselheiros Tutelares? (Decisão nº 3.651/2020 - Processo TCDF nº 00600-00004388/2020-00-e, e Decisão nº 170/2021 - Processo TCDF nº 00600-00005124/2020-65-e);
3. Os Conselhos Tutelares são dotados de controles adequados e suficientes que viabilizem o efetivo acompanhamento, fiscalização, avaliação e otimização de suas funções, competências e imposições legalmente instituídas?



O que o Tribunal constatou?

Foram visitados todos os 42 (quarenta e dois) Conselhos Tutelares do Distrito Federal, com a finalidade de averiguar a suficiência e adequabilidade do seu funcionamento.

Em relação à Questão de Auditoria nº 1 (QA 1), foram identificadas inadequações na estrutura física dos Conselhos Tutelares, as quais comprometem o pleno exercício das atribuições legais conferidas a esses órgãos. Verificou-se, também, que o apoio administrativo aos Conselhos Tutelares é insuficiente, especialmente no que tange ao suporte para deslocamento do conselheiro tutelar aos locais de atendimento. Por fim, observou-se que a quantidade de Conselhos Tutelares é inadequada em algumas Regiões Administrativas cujos indicadores de densidade populacional, vulnerabilidade social e número de violações de direitos são mais críticos.

No tocante à Questão de Auditoria nº 2 (QA 2), foram observados indícios do exercício simultâneo da função de conselheiro tutelar com outras atividades, de natureza pública ou privada. Questionada por meio de nota de auditoria, a SEJUS/DF não indicou se são tomadas medidas para assegurar que o cargo de conselheiro tutelar seja desempenhado em regime de dedicação integral ao serviço.

No que se refere à Questão de Auditoria nº 3 (QA 3), observou-se que nos Conselhos Tutelares do Distrito Federal há ausência de mecanismos de controle dos acionamentos ocorridos durante a escala de sobreaviso e do usufruto das devidas compensações pelos Conselheiros Tutelares.

Também se constatou que os Conselhos Tutelares do DF não utilizam o Sistema de Informações para Infância e Adolescência – SIPIA CT WEB para registro das denúncias, dos atendimentos e das medidas aplicadas, apesar de expressamente previsto na legislação, o que dificulta o registro e divulgação de dados para a formulação de políticas públicas relacionadas à criança e ao adolescente, tanto em nível federal quanto distrital.



Quais foram as recomendações e determinações formuladas?

Entre as proposições formuladas, destacam-se:

1. Determinar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF - SEJUS/DF que:
 - a) adote medidas no sentido de sanar as inadequações na estrutura física dos Conselhos;
 - b) adote as medidas cabíveis no sentido de garantir o deslocamento necessário e tempestivo aos Conselheiros Tutelares com vistas à realização de suas atividades;
 - c) apure os indícios de ausência de dedicação integral ao serviço no cargo de Conselheiro Tutelar, e adote as medidas cabíveis no sentido de sanar as inadequações verificadas, bem como aplicar as devidas sanções administrativas;
 - d) adote medidas de controle e monitoramento adequadas e contínuas para assegurar que o cargo de conselheiro tutelar seja desempenhado em regime de dedicação integral ao serviço;
 - e) adote medidas no sentido promover o controle dos registros de horas e dias de trabalho extrapolados pelos conselheiros tutelares, por meio do CISDECA, e dos mecanismos formais de controle dos acionamentos dos Conselheiros Tutelares em escala de sobreaviso e das respectivas compensações;
 - f) exija de todos os Conselhos Tutelares do Distrito Federal o uso do Sistema de Informações para Infância e Adolescência – SIPIA CT WEB para registro das denúncias e atendimentos.
2. Determinar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF - SEJUS/DF, dando ciência à Casa Civil do Distrito Federal, que adote medidas pertinentes para assegurar a equidade de acesso e viabilizar alcance mais descentralizado e amplo aos Conselhos Tutelares pela população do DF;
3. Recomendar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF - SEJUS/DF que, em conjunto com a Secretaria de Estado de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

Economia do Distrito Federal – SEEC/DF e outros órgãos distritais e federais envolvidos, adote providências no sentido de viabilizar a integração entre o Sistema de Informações para Infância e Adolescência – SIPIA CT WEB e o Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Quais os benefícios esperados com a atuação do Tribunal?

Com a implementação das medidas propostas pelo Tribunal objetiva-se o aprimoramento tanto das estruturas físicas como das condições administrativas e de pessoal dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal com a consequente melhora no funcionamento desses Órgãos.

Além disso, espera-se que, a partir do diagnóstico apresentado neste Relatório, a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF - SEJUS/DF aprimore seus controles internos e rotinas de trabalho a fim de providenciar atendimento tempestivo das necessidades e demandas provenientes dos Conselhos Tutelares, de modo a oferecer melhor atendimento à população.



Sumário

1.1	Apresentação	8
1.2	Identificação do Objeto	8
1.2.1	Contextualização.....	10
1.3	Objetivos	14
1.3.1	Objetivo Geral	14
1.3.2	Objetivos Específicos	14
1.4	Escopo.....	14
1.5	Montante Fiscalizado.....	15
1.6	Metodologia.....	15
1.7	Critérios de Auditoria	15
1.8	Avaliação de Riscos e Controles	16
2.	Resultados da Auditoria.....	17
2.1	Questão de Auditoria nº 1 – Os Conselhos Tutelares do Distrito Federal possuem estruturas física e de pessoal suficientes e adequadas para cumprir suas atribuições e funções legalmente instituídas? (Decisão nº 1.932/2020 - Processo TCDF nº 21.944/2019)?	17
2.1.1	Achado 1.1 – Estrutura física dos Conselhos Tutelares insuficiente e/ou inadequada para o exercício das atribuições legalmente instituídas	18
2.1.2	Achado 1.2 – Insuficiência de apoio administrativo aos Conselhos Tutelares	46
2.1.3	Achado 1.3 – Inadequação da quantidade de Conselhos Tutelares em Regiões Administrativas do Distrito Federal com indicadores sociais críticos.	55
2.2	Questão de Auditoria nº 2 – Estão sendo observadas as diretrizes estabelecidas na Lei nº 5.294/2014 e no Decreto Distrital nº 37.950/2017, em relação à vedação do acúmulo de cargos e funções pelos Conselheiros Tutelares? (Decisão nº 3.651/2020 - Processo TCDF nº 00600-00004388/2020-00-e, e Decisão nº 170/2021 - Processo TCDF nº 00600-00005124/2020-65-e)	65
2.2.1	Achado 2.1 – Fragilidade dos controles relativos à vedação do acúmulo de cargos e funções pelos Conselheiros Tutelares.	65
2.3	Questão de Auditoria nº 3 – Os Conselhos Tutelares são dotados de controles adequados e suficientes que viabilizem o efetivo acompanhamento, fiscalização, avaliação e otimização de suas funções, competências e imposições legalmente instituídas?	75
2.3.1	Achado 3.1 – Ausência de mecanismos de controle dos acionamentos ocorridos durante a escala de sobreaviso e do usufruto das devidas compensações pelos Conselheiros Tutelares.	76



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

2.3.2 Achado 3.2 – Não utilização do Sistema de Informações para Infância e Adolescência – SIPIA CT WEB para registro das denúncias e atendimentos.

81

3.	Conclusão	89
4.	Considerações finais.....	90
5.	Proposições	90



1. Introdução

1.1 Apresentação

Trata-se de Auditoria Operacional realizada na Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS/DF, em cumprimento à Decisão nº 1.932/2020¹.

2. Os trabalhos de fiscalização ocorreram no período de 17/10/2022 a 15/12/2022.

1.2 Identificação do Objeto

3. O objeto da auditoria foi o funcionamento dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal.

4. A fiscalização foi determinada pelo Plenário desta Corte de Contas por meio da Decisão nº 1.932/2020, conforme excerto a seguir, tendo em vista a Representação nº 15/2019-G4P, apresentada pelo Ministério Público junto ao TCDF – MPJTCD:

Decisão nº 1.932/2020

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] II – em consequência, reformar a Decisão nº 20/2020, Peça 24, para **determinar**, observado o disposto na Resolução nº 333, de 29 de abril de 2020, em especial seu artigo 3º, inciso III, a **realização de auditoria para verificar a regularidade no funcionamento dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal, englobando entre outros temas: a) a conformação física da infraestrutura das instalações dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal; b) a adequação do quantitativo de servidores de apoio para o desenvolvimento a contento das atividades dos Conselhos Tutelares; e c) o estudo e a avaliação da necessidade da criação de novos Conselhos Tutelares para o atendimento a contento de todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, em observância ao art. 132 do ECA e art. 3º da Resolução n.º 139/2010- CONANDA; (grifou-se)***

¹ e-DOC [24A6F36A-e](#) (Processo nº 21944/2019-e).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

5. Adicionalmente, por meio das Decisões nº 3.651/2020² e 170/2021³, em face das Representações nºs 6/2020-G4P e 9/2020-G4P, foi determinada a inclusão de temas no roteiro da fiscalização, conforme transcrições a seguir:

Decisão nº 3.651/2020

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] III – autorizar: a) a **inclusão do tema alusivo ao cumprimento dos arts. 10 e 36 da Lei nº 5.294/2014⁴ e dos arts. 31 e 35 do Decreto Distrital nº 37.950/2017⁵, por parte dos Conselheiros/Conselhos Tutelares do Distrito Federal, no roteiro da futura auditoria a ser realizada, conforme o determinado na Decisão nº 1.932/2020, proferida no Processo nº 21.944/2019; [...] (grifou-se)***

Decisão nº 170/2021

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] VII – autorizar: [...] b) a **inclusão dos fatos narrados na Representação n.º 09/20-G4PML na futura auditoria a ser deflagrada em cumprimento à Decisão n.º 3.651/20; [...] (grifou-se)***

6. Os aspectos indicados nas mencionadas Decisões estão detalhados no tópico de Escopo do presente Relatório.
7. A seguir elencam-se os gestores das unidades conexas ao objeto da auditoria:

² e-DOC [00DDBF8C-e](#) (Processo nº 00600-00004388/2020-00-e).

³ e-DOC [595B18B7-e](#) (Processo nº 00600-00005124/2020-65-e).

⁴ **Art. 10.** O Conselho Tutelar deve funcionar de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, ininterruptamente, período em que devem estar presentes permanentemente na sede pelo menos dois conselheiros. (...) **Art. 36** O conselheiro tutelar deve desempenhar o cargo em regime de dedicação integral ao serviço, observado o disposto no art. 10, sendo vedado o exercício de qualquer outra atividade profissional remunerada, pública ou privada.

⁵ **Art. 31.** Compete ao Conselheiro Tutelar dentre outras atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014: I - proceder à verificação dos casos para, se necessário, apresentar ao colegiado para as devidas deliberações; II - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e sobreaviso, comparecendo à sede do Conselho para prestar atendimento ao público, conforme escala respeitadas as 8 horas diárias de trabalho; III - discutir com outros conselheiros as providências urgentes que lhe cabem tomar em relação a criança ou adolescente em situação de risco, e respectiva família, para homologação na reunião colegiada subsequente, nos termos do art. 22; IV - discutir cada caso de forma serena respeitando às eventuais opiniões divergentes de seus pares; V - tratar com respeito e urbanidade seus pares, pessoal administrativo, os membros da comunidade, principalmente as crianças e adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; VI - comunicar à Comissão de Ética e Disciplina dos Conselhos Tutelares os casos de violação de deveres funcionais por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários; VII - executar outras tarefas que lhe forem destinadas na distribuição interna das atribuições do Conselho; VIII - operar o Sistema de Informações para Infância e Adolescência - SIPIA CT Web nos termos do art. 101. (...) **Art. 35.** O Conselho Tutelar deve funcionar de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, ininterruptamente, período em que devem estar presentes permanentemente na sede pelo menos dois conselheiros.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

Tabela 1 – Titulares dos principais setores relacionados ao objeto da fiscalização

GESTOR	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO NO CARGO
Jaime Santana de Sousa	Secretário (a) de Estado da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS/DF	01/04/2022 a 20/11/2022
Marcela Meira Passamani		21/11/2022 até o presente momento
Rodrigo Barbosa da Silva	Subsecretário da Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes – SUBPCA/SEJUS/DF	11/06/2021 a 27/04/2023
Diego Moreno de Assis e Santos		28/04/2023 até o presente momento
João Henrique da Silva Barbosa	Titular do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF	12/01/2021 até o presente momento
Alinne Carvalho Porto	Subsecretária da Subsecretaria de Administração Geral – SUAG/SEJUS/DF	25/11/2020 até o presente momento
Mariana Pereira do Nascimento	Coordenadora da Coordenação dos Núcleos de Apoio Técnico e Administrativo aos Conselhos Tutelares – CONATA/SEJUS/DF	12/02/2021 até o presente momento

Fonte: Paineis SIGRH. Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).

1.2.1 Contextualização

8. Conforme dispõe o art. 131 da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), o Conselho Tutelar é *“órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente”*⁶.

9. A sua criação objetiva a desjudicialização das medidas sociais dirigidas à infância e à adolescência, na medida em que busca zelar pelos direitos da criança e do adolescente, articulando, no âmbito regional, o enfrentamento a diversas violações de direitos, como a exploração sexual e a violência física ou psicológica, dentre outras.

10. Incumbe, portanto, ao Conselho Tutelar agir sempre que os direitos de crianças e adolescentes se encontrarem sob ameaça ou violação, seja pela própria sociedade, seja pelo Estado, ou mesmo pelos pais ou responsáveis, e ainda em razão da conduta do próprio menor de idade.

⁶ Lei nº 8.069/1990, art. 131, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 29.08.2022.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

11. O art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente elenca as atribuições do Conselho Tutelar, algumas das quais se encontram a seguir reproduzidas⁷:

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XIII - adotar, na esfera de sua competência, ações articuladas e efetivas direcionadas à identificação da agressão, à agilidade no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e à responsabilização do agressor

XIV - atender à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, ou submetido a tratamento cruel ou degradante ou a formas violentas de educação, correção ou disciplina, a seus familiares e a testemunhas, de forma a prover orientação e aconselhamento acerca de seus direitos e dos encaminhamentos necessários;

XIX - receber e encaminhar, quando for o caso, as informações reveladas por noticiantes ou denunciante relativas à prática de violência, ao uso de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra a criança e o adolescente;

12. No âmbito do Distrito Federal, a Lei Distrital nº 5.294/2014, em seu art. 2º, § 1º, estabelece que os Conselhos Tutelares são vinculados “administrativamente à Secretaria de Estado da Criança”⁸.

13. A então Secretaria passou a integrar a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS/DF, passando a ser nominada como

⁷ Lei nº 8.069/1990, art. 136, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 29.08.2022.

⁸ Lei nº 5.294/2014, art. 2º, § 1º, disponível em <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/76199/Lei_5294.html>. Acesso em 29.08.2022.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes – SUBPCA, conforme disposição do art. 5º do Decreto nº 39.610/2019⁹.

14. Impende destacar que o Distrito Federal conta, atualmente, com 44 (quarenta e quatro) Conselhos Tutelares distribuídos pelas Regiões Administrativas, nos termos do art. 5º da Lei Distrital nº 5.294/2014 e das Leis 7.190/2022 e 7.191/2022, na forma relacionada na Tabela 2¹⁰:

Tabela 2 – Relação dos Conselhos Tutelares estabelecidos no Distrito Federal, por Região Administrativa

Região Administrativa (RA)	Conselho Tutelar
Região Administrativa de Brasília – RA I	Conselho Tutelar de Brasília – I Conselho Tutelar de Brasília – II
Região Administrativa do Gama – RA II	Conselho Tutelar do Gama – I Conselho Tutelar do Gama – II
Região Administrativa de Taguatinga – RA III	Conselho Tutelar de Taguatinga – I Conselho Tutelar de Taguatinga – II
Região Administrativa de Brazlândia – RA IV	Conselho Tutelar de Brazlândia
Região Administrativa de Sobradinho – RA V	Conselho Tutelar de Sobradinho
Região Administrativa de Planaltina – RA VI	Conselho Tutelar de Planaltina – I Conselho Tutelar de Planaltina – II
Região Administrativa do Paranoá – RA VII	Conselho Tutelar do Paranoá
Região Administrativa do Núcleo Bandeirante – RA VIII	Conselho Tutelar do Núcleo Bandeirante
Região Administrativa de Ceilândia – RA IX	Conselho Tutelar de Ceilândia – I Conselho Tutelar de Ceilândia – II Conselho Tutelar de Ceilândia – III Conselho Tutelar de Ceilândia – IV
Região Administrativa do Guará – RA X	Conselho Tutelar do Guará
Região Administrativa do Cruzeiro – RA XI	Conselho Tutelar do Cruzeiro
Região Administrativa de Samambaia – RA XII	Conselho Tutelar de Samambaia – I Conselho Tutelar de Samambaia – II
Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII	Conselho Tutelar de Santa Maria – I Conselho Tutelar de Santa Maria – II
Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV	Conselho Tutelar de São Sebastião
Região Administrativa do Recanto das Emas – RA XV	Conselho Tutelar do Recanto das Emas
Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI	Conselho Tutelar do Lago Sul
Região Administrativa do Riacho Fundo – RA XVII	Conselho Tutelar do Riacho Fundo
Região Administrativa do Lago Norte – RA XVIII	Conselho Tutelar do Lago Norte
Região Administrativa da Candangolândia – RA XIX	Conselho Tutelar da Candangolândia

⁹ Decreto nº 39.610/2019, disponível em

<http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/d7b71f8fb3864fc0aec117bb1e0ea2ca/Decreto_39610_01_01_2019.html>. Acesso em 29.08.2022.

¹⁰ Lei nº 5.294/2014, art. 5º, disponível em <http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/76199/Lei_5294.html>. Acesso em 09.07.2024. As RAs de Arapoanga e Água Quente foram criadas por meio das Leis 7.190 e 7.191 de 21/12/2022, respectivamente. Segundo o site da SEJUS, ambas possuem conselhos tutelares em funcionamento, mas a Lei 5.294/2014 ainda não foi atualizada com tal informação. Constante em <<https://www.sejus.df.gov.br/conselhos-tutelares/>>. Acesso em 09.07.2024.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

Região Administrativa de Águas Claras – RA XX	Conselho Tutelar de Águas Claras
Região Administrativa do Riacho Fundo II – RA XXI	Conselho Tutelar do Riacho Fundo II
Região Administrativa do Sudoeste/Octogonal – RA XXII	Conselho Tutelar do Sudoeste/Octogonal
Região Administrativa do Varjão – RA XXIII	Conselho Tutelar do Varjão
Região Administrativa do Park Way – RA XXIV	Conselho Tutelar do Park Way
Região Administrativa do SCIA – RA XXV	Conselho Tutelar da Estrutural
Região Administrativa de Sobradinho – RA XXVI	Conselho Tutelar de Sobradinho I Conselho Tutelar de Sobradinho II
Região Administrativa do Jardim Botânico – RA XXVII	Conselho Tutelar do Jardim Botânico
Região Administrativa do Itapoã – RA XXVIII	Conselho Tutelar do Itapoã
Região Administrativa do SIA – RA XXIX	Conselho Tutelar do SIA
Região Administrativa de Vicente Pires – RA XXX	Conselho tutelar de Vicente Pires
Região Administrativa da Fercal – RA XXXI	Conselho Tutelar da Fercal
Região Administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol – RA XXXII	Conselho Tutelar do Sol Nascente
Região Administrativa da Arniqueira – RA XXXIII	Conselho Tutelar da Arniqueira
Região Administrativa da Arapoanga – RA XXXIV	Conselho Tutelar da Arapoanga
Região Administrativa da Água Quente – RA XXXV	Conselho Tutelar da Água Quente

Fonte: elaboração própria.

15. Cada Conselho Tutelar no Distrito Federal é composto por 5 (cinco) membros titulares e 10 (dez) suplentes, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.294/2014¹¹, os quais devem exercer suas atribuições em regime de dedicação integral ao serviço, “*sendo vedado o exercício de qualquer outra atividade profissional remunerada, pública ou privada*”.¹²

16. Ainda dentro da estrutura dos Conselhos Tutelares no Distrito Federal, foi instituído pela Lei nº 5.244/2013 o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA-DF, tratando-se de “*órgão deliberativo da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controlador das ações de implementação dessa política e responsável por fixar critérios de utilização e planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA-DF*”¹³.

17. Ao órgão compete a regulamentação e coordenação do processo de escolha de membros dos Conselhos Tutelares e o apoio aos conselhos a fim de assegurar a observância dos direitos da criança e do adolescente, conforme

¹¹ Lei nº 5.294/2014, art. 4º, *caput* e § 2º, disponível em < http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/76199/Lei_5294.html>. Acesso em 30.08.2022.

¹² Lei nº 5.294/2014, art. 36, disponível em < http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/76199/Lei_5294.html>. Acesso em 30.08.2022.

¹³ Lei nº 5.244/2013, art. 1º, § 1º, disponível em < http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/75954/Lei_5244_16_12_2013.html>. Acesso em 30.08.2022.



regulamentado no art. 3º da citada Lei nº 5.244/2013, dentre outras competências legais.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

18. A presente auditoria teve como objetivo geral avaliar a suficiência e adequabilidade do funcionamento dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal.

1.3.2 Objetivos Específicos

19. As questões de Auditoria foram assim definidas:
1. Os Conselhos Tutelares do Distrito Federal possuem estruturas física e de pessoal suficientes e adequadas para cumprir suas atribuições e funções legalmente instituídas? (Decisão nº 1.932/2020 – Processo TCDF nº 21.944/2019).
 2. Estão sendo observadas as diretrizes estabelecidas na Lei nº 5.294/2014 e no Decreto Distrital nº 37.950/2017, em relação à vedação do acúmulo de cargos e funções pelos Conselheiros Tutelares? (Decisão nº 3.651/2020 - Processo TCDF nº 00600-00004388/2020-00-e, e Decisão nº 170/2021 - Processo TCDF nº 00600-00005124/2020-65-e).
 3. Os Conselhos Tutelares são dotados de controles adequados e suficientes que viabilizem o efetivo acompanhamento, fiscalização, avaliação e otimização de suas funções, competências e imposições legalmente instituídas?

1.4 Escopo

20. A presente auditoria abrangeu os Conselhos Tutelares do Distrito Federal quanto à avaliação da adequabilidade e suficiência de suas estruturas física e de pessoal; em relação à vedação do acúmulo de cargos e funções pelos Conselheiros Tutelares, assim como de controles inerentes ao exercício das funções, competências e dispositivos legais no período de 2020, 2021 e 2022.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

1.5 Montante Fiscalizado

21. O montante fiscalizado foi considerado sob a ótica do regime de caixa, quando são consideradas as despesas efetivamente pagas em um determinado período. Os dados foram extraídos do Portal da Transparência do Distrito Federal e são relativos à Ação de Manutenção e Funcionamento de Conselho Tutelar, no âmbito da SEJUS/DF. A Tabela 3, abaixo, demonstra o montante pago, registrado por ano.

Tabela 3 – Materialidade do objeto auditado na SEJUS-DF

MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHO	2019	2020	2021	2022
Despesa paga relativa à matéria auditada	3.633.013,13	2.140.178,45	2.478.512,83	1.523.831,53
Total despesa paga no órgão	427.242.595,19	429.342.977,27	464.300.477,81	295.760.827,69
Percentual	0,85%	0,50%	0,53%	0,52%
Materialidade	0,60%			

Fonte: Portal da Transparência do Distrito Federal, disponível em <<http://www.transparencia.df.gov.br>>.

1.6 Metodologia

22. Os procedimentos e técnicas utilizados na execução desta auditoria encontram-se registrados na Matriz de Planejamento¹⁴, merecendo destaque: extração eletrônica de dados, requisição formal de documentos, exame/análise documental, cruzamento eletrônico de dados, aplicação de *checklist*, verificação *in loco*, realização de entrevistas e correlação das informações obtidas.

1.7 Critérios de Auditoria

23. Os critérios utilizados na presente auditoria foram extraídos dos seguintes normativos:

- Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- Lei Distrital nº 5.294/2014, art. 9º;
- Resolução CONANDA nº 170/2014;
- Decreto nº 37.950/2017.

¹⁴ PT_7: Matriz de Planejamento, peça 3, e-DOC [C2393166-e](#).



1.8 Avaliação de Riscos e Controles

24. A natureza e a extensão dos testes realizados durante a fiscalização foram obtidas mediante a Avaliação de Riscos e Controles.

25. Para verificar o Risco Inerente¹⁵, decorrente da própria natureza do objeto auditado, consideraram-se as seguintes variáveis: gravidade¹⁶, urgência¹⁷, tendência¹⁸, complexidade¹⁹, relevância²⁰ e materialidade²¹, relativas aos jurisdicionados e à matéria a ser auditada, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Matriz de risco inerente da SEJUS/DF

SEJUS/DF		
	SEJUS/DF	Funcionamento dos Conselhos Tutelares
Gravidade		
Urgência		
Tendência		
Complexidade		
Relevância		
Materialidade		
TOTAL		
Média		
Risco inerente (percentual)		37%

Legenda:

Baixa
 Média
 Alta

26. No que concerne ao Risco de Controle²², foram obtidos três valores relativamente aos órgãos/entidades jurisdicionados por meio da aplicação de um

¹⁵ Risco decorrente da própria natureza da operação, independentemente da existência de controle. Classificações – Baixo: inferior a 33%; Moderado: 33% a 66% e Elevado: superior a 66%.

¹⁶ Representa o impacto, a médio e longo prazo, do problema analisado caso ele venha a acontecer sobre aspectos, tais como: tarefas, pessoas, resultados, processos, organizações, entre outros.

¹⁷ Representa o prazo, o tempo disponível ou necessário para resolver um determinado problema analisado. Quanto maior a urgência, menor será o tempo disponível para resolver esse problema. Deve ser avaliada tendo em vista a necessidade de se proporem soluções a fim de melhorar a gestão da/do referida(o) matéria/orgão.

¹⁸ Representa o potencial de crescimento do problema e a probabilidade de este se agravar. Recomenda-se fazer a seguinte pergunta: “Se esse problema não for resolvido agora, ele vai piorar pouco a pouco ou vai piorar bruscamente?”.

¹⁹ Pode-se medir a complexidade avaliando se os constituintes da matéria são heterogêneos, se há multiplicidade nas ações, interações e acontecimentos e se há traços de confusão, acasos, caos, ambiguidades e incertezas.

²⁰ A relevância deve ser avaliada, independentemente da materialidade do objeto de auditoria, a fim de buscar a importância qualitativa das ações em estudo, quanto à sua natureza, contexto de inserção, fidelidade, integralidade das informações.

²¹ A materialidade traduz a razão entre a despesa autorizada relativa à(s) matéria(s) auditada(s) e o total da despesa autorizada para o órgão no exercício.

²² É o risco de que uma distorção relevante não seja prevenida, detectada e corrigida – tempestivamente – pelos controles estabelecidos pelo auditado. Algum risco de controle sempre existirá, tendo em vista as limitações inerentes ao desenho e à operação do controle interno do auditado. Avalia-se da seguinte maneira: a) baixo: inferior a 33%; b) moderado: 33% a 66%; e c) alto: superior a 66%.



questionário de controle interno seguindo a metodologia desenvolvida pelo COSO II – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, como se observa na Tabela 4:

Tabela 4 – Risco de Controle da SEJUS/DF

Ambiente Interno	<div></div>	39%
Definição de Objetivos	<div></div>	100%
Identificação de Eventos	<div></div>	25%
Avaliação de Risco	<div></div>	50%
Resposta ao Risco	<div></div>	17%
Atividades de Controle	<div></div>	40%
Informação e Comunicação	<div></div>	58%
Monitoramento	<div></div>	100%
Risco de Controle	<div></div>	54%

27. Assim, procedeu-se ao exame individual do risco e da extensão dos testes necessários.

28. A SEJUS/DF apresentou risco inerente moderado²³ (37%) e controles internos adequados²⁴ (dado o risco de controle de 54%), exigindo uma extensão moderada de testes de auditoria, conforme o quadro 8 do apêndice XVI do Manual de Auditoria e Demais Fiscalizações do TCDF (2020).

2. Resultados da Auditoria

2.1 Questão de Auditoria nº 1 – Os Conselhos Tutelares do Distrito Federal possuem estruturas física e de pessoal suficientes e adequadas para cumprir suas atribuições e funções legalmente instituídas? (Decisão nº 1.932/2020 - Processo TCDF nº 21.944/2019)?

Parcialmente. Foram identificadas inadequações na estrutura física dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal e nos equipamentos a eles fornecidos, as quais comprometem o pleno exercício das atribuições legais conferidas a esses órgãos. Verificou-se, também, que o apoio administrativo aos Conselhos Tutelares é insuficiente, especialmente no que tange ao suporte para deslocamento do conselheiro tutelar aos locais de atendimento. Ainda, observou-se que a quantidade

²³ Risco Inerente – Baixo: inferior a 33%; Moderado: 33% a 66%; e Elevado: superior a 66%. Manual de Auditoria do TCDF (2020), Quadro 4, fl. 120.

²⁴ Controle Interno – Fraco: inferior a 33%; Adequado: 33% a 66%; e Forte: superior a 66%. Manual de Auditoria do TCDF (2020), Quadro 7, fl. 123.



de Conselhos Tutelares é inadequada em algumas Regiões Administrativas cujos indicadores de densidade populacional, vulnerabilidade social e número de violações de direitos são mais críticos.

2.1.1 Achado 1.1 – Estrutura física dos Conselhos Tutelares insuficiente e/ou inadequada para o exercício das atribuições legalmente instituídas

Critério

29. A sede dos Conselhos Tutelares deve oferecer espaço físico e instalações que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros e o acolhimento digno ao público, inclusive condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, contendo, no mínimo: placa indicativa da sede do Conselho; sala reservada para atendimento e recepção ao público; sala reservada para o atendimento dos casos; sala reservada para os serviços administrativos; e sala reservada para os Conselheiros Tutelares.

30. Legislação aplicável: arts. 4º, §1º, alínea “d”, e 17 da Resolução CONANDA nº 170/2014; Lei Distrital nº 6.637/2020 (Estatuto da Pessoa com Deficiência no Distrito Federal).

Análises e Evidências

31. O exame da estrutura física dos Conselhos Tutelares compreendeu a análise das instalações dos 42 Conselhos em funcionamento no Distrito Federal à época da execução da auditoria, averiguando se atendem aos requisitos mínimos previstos na legislação.

32. Foram requeridas, por Nota de Auditoria, informações sobre a estrutura física existente para o funcionamento dos Conselhos Tutelares, bem como análises e relatórios da SEJUS/DF sobre o diagnóstico da estrutura de cada Conselho Tutelar²⁵.

33. Em resposta a SEJUS/DF encaminhou o diagnóstico da situação dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal, contendo a avaliação individualizada da

²⁵ Nota de Auditoria nº 1 destinada à SEJUS/DF, associado aos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

adequação dos imóveis que guarnecem cada um dos Conselhos²⁶. A citada Secretaria encaminhou também as minutas dos contratos de manutenção predial dos imóveis ocupados pela Pasta.

34. Em relação à questão de mobiliários e equipamentos de TI, a SEJUS afirmou que *“os 42 (quarenta e dois) Conselhos Tutelares encontram-se guarnecidos dos itens necessários para o seu efetivo funcionamento e a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania conta com equipe técnica que presta o devido suporte a todas as unidades vinculadas (sic) nas áreas de TI e Gestão Patrimonial.”*

35. A fim de averiguar a estrutura dos Conselhos Tutelares, foi realizada visita *in loco* em cada um deles, na qual foi atribuída pontuação acerca da estrutura física de cada Conselho, com base nos requisitos mínimos estabelecidos na legislação de regência, mediante a aplicação de *checklist*²⁷.

36. No citado *checklist* foram listados, entre outros aspectos, os requisitos mínimos necessários para a adequação da estrutura física de cada Conselho, com base nas especificações da legislação de regência e na estrutura de padronização física dos Conselhos Tutelares prevista pela SEJUS/DF²⁸.

37. A partir dos dados coletados, foi elaborado *ranking* da estrutura física de cada um dos Conselhos Tutelares. No citado *ranking*, os Conselhos receberam pontuação em cada um dos quesitos atinentes à estrutura física, sendo 1 (um) ponto, caso a estrutura atendesse ao estabelecido, e 0 (zero), caso desatendesse.

38. O ranking contendo a pontuação de cada Conselho Tutelar, sendo 23 (vinte e três) a pontuação máxima e 0 (zero) a pontuação mínima, segue abaixo:

²⁶ DA_5: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 1/2022, fls. 6 a 28, associado aos autos.

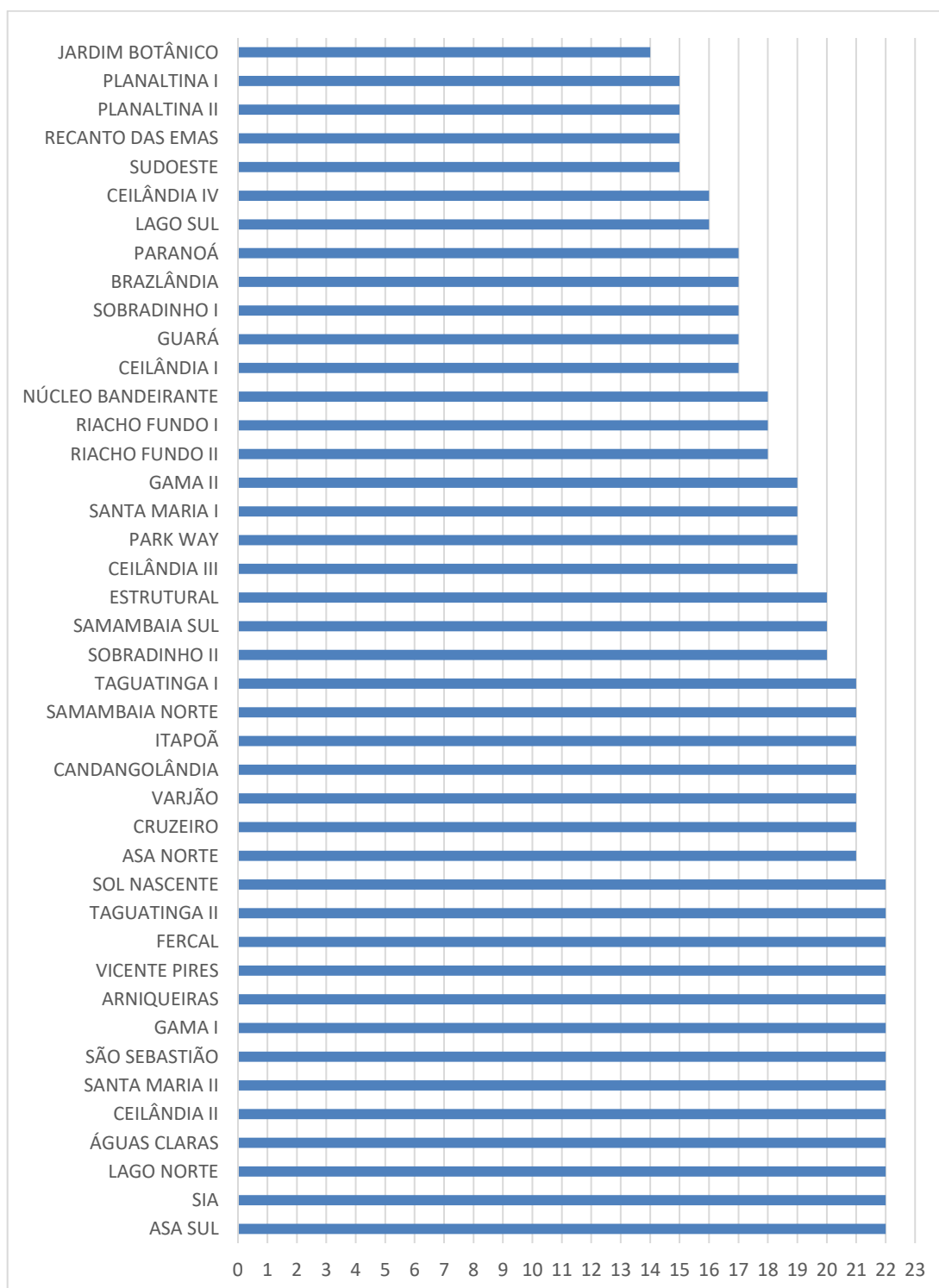
²⁷ PT_11: *check list* aplicado nos Conselhos Tutelares, associado aos autos.

²⁸ Ofício nº 1627/2020 – SEJUS/ASSESP, e-DOC [9719BA5A-c](#), do Processo nº 21944/2019-e.


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

Tabela 5 – Ranking da estrutura física dos Conselhos Tutelares


Fonte: PT_20, lâmina "Gráfico – Forms", associado aos autos.

39. Considerando que foram visitados 42 (quarenta e dois) Conselhos Tutelares e o elevado número de itens para análise, optou-se por avaliar a estrutura



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

física das unidades em dois grupos: 1) Inadequações gerais, de **maior recorrência** nos Conselhos Tutelares²⁹; e 2) Inadequações específicas de **maior relevância**.

A - Inadequações gerais

A.1 - Insuficiência de acessibilidade para portadores de necessidades especiais nos Conselhos Tutelares³⁰

40. Conforme estatui a Lei Distrital nº 6.637/2020 (Estatuto da Pessoa com Deficiência no Distrito Federal), a acessibilidade *“é condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações de uso público, coletivo e uso privado, dos transportes, dos dispositivos, dos sistemas e dos meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência”*³¹.

41. Para a promoção da acessibilidade nos órgãos públicos do Distrito Federal, o citado normativo estabelece a necessidade da *“construção, ampliação, reforma e adequação das edificações de uso público, uso coletivo e uso privado, inclusive os equipamentos esportivos e de lazer, na forma desta Lei e demais normas em vigor, de forma a que se tornem acessíveis para as pessoas com deficiência”*.

42. Na aplicação do *checklist*, foi verificado se os Conselhos Tutelares possuem acessibilidade para pessoas com deficiência, tendo sido obtido o seguinte resultado consolidado:

²⁹ Foram consideradas, para fins de delimitação das inadequações gerais, aquelas que se repetiram em mais de 1/3 (aproximadamente 33%) dos Conselhos Tutelares, conforme consolidação dos check-lists aplicados nos mencionados Conselhos.

³⁰ Item 14 do *check-list*, constante do PT_11.

³¹ Lei Distrital nº 6.637/2020, art. 107, disponível em

<https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/f82224a2df8f4c5aba3f200f1941c6a0/Lei_6637_20_07_2020.html>. Acesso em 18.01.2023.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

Figura 1 – Resposta consolidada dos Conselhos Tutelares – Acessibilidade

15. Identificar a existência de acessibilidade para portadores de necessidades especiais (Ofício nº 1627/2020 - SEJUS/ASSESP, e-DOC 9719BA5A).

[Mais Detalhes](#)

Fonte: PT_18 – Consolidação dos *checklists* aplicados - FORMS, fl. 4, associado aos autos.

43. Como é possível observar, 1/3 (um terço) dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal possui estrutura inadequada para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência.

44. Essa inadequação, conforme observado *in loco*, perpassa diversos pontos estruturais dos imóveis que abrigam os Conselhos Tutelares, como a falta de rampas de acesso, a ausência de banheiros adaptados para pessoas com deficiência, corredores sem extensão para passagem de cadeirantes, entre outros pontos.

45. Conforme informações prestadas pela Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes (SUBPCA/SEJUS)³², é meta da Secretaria a padronização da estrutura física nos Conselhos Tutelares, sendo que, para a locação de novos espaços, a SEJUS busca, dentre outros quesitos, imóveis que promovam a acessibilidade para pessoas com deficiência.

46. Na resposta da SEJUS à Nota de Auditoria³³, observa-se que, dos 42 (quarenta e dois) Conselhos Tutelares visitados, 20 (vinte) estão instalados em imóveis objeto de locação e 18 (dezoito) em imóveis cedidos pelo Governo do Distrito Federal.

47. No entanto, mediante as visitas *in loco*, observou-se que boa parte dos imóveis locados e cedidos que abrangem os Conselhos Tutelares não possui estrutura adequada de acessibilidade, sendo que muitos, inclusive, estão situados em

32 Ofício nº 1627/2020 – SEJUS/ASSESP, e-DOC 9719BA5A-c, do Processo nº 21944/2019-e.

33 DA_5: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 1/2022, fl. 29, associado aos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

imóveis residenciais, os quais não possuem estrutura de acessibilidade definida. Tal informação foi corroborada pelas entrevistas realizadas com os Conselheiros.

48. Questionada, por meio de Nota de Auditoria, sobre a existência de planejamentos ou estudos existentes na SEJUS/DF para aquisição ou construção de novas sedes para abrigar os Conselhos Tutelares que não ocupem imóveis próprios, a Secretaria respondeu que *“o planejamento, aquisição e ou construção de novas sedes são realizados por meio de estudo considerando indicadores como densidade populacional, a vulnerabilidade social, criação de nova Região Administrativa observando-se a incidência e a prevalência de violações de direitos de crianças e adolescentes”*³⁴.

49. Todavia, não foram apresentados pela SEJUS estudos para o planejamento, aquisição ou construção de novas sedes para os Conselhos Tutelares, que pudessem suprir as limitações acima apontadas.

A.2 - Ausência de sala de reunião em parte dos Conselhos Tutelares³⁵

50. Conforme o art. 17, § 1º, da Resolução CONANDA nº 170/2014, a sede do Conselho Tutelar deve oferecer espaço físico e instalações que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros tutelares, contendo, dentre outros quesitos, sala reservada para discussão e atendimento dos casos.

51. O art. 8º, § 1º, da Lei Distrital nº 5.294/2014 dispõe, outrossim, sobre a necessidade de o colegiado do Conselho Tutelar reunir-se semanalmente em sessões ordinárias e, sempre que necessário, em reuniões extraordinárias, com a finalidade de tratar das denúncias recebidas e outros assuntos pertinentes.

52. Foi verificado, mediante visita *in loco*, se os Conselhos Tutelares possuem sala destinada à realização das reuniões determinadas legalmente, tendo sido obtido o resultado abaixo:

³⁴ DA_5: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 1/2022, fl. 30, associado aos autos.

³⁵ Item 7 do *check-list*, constante do PT_11.



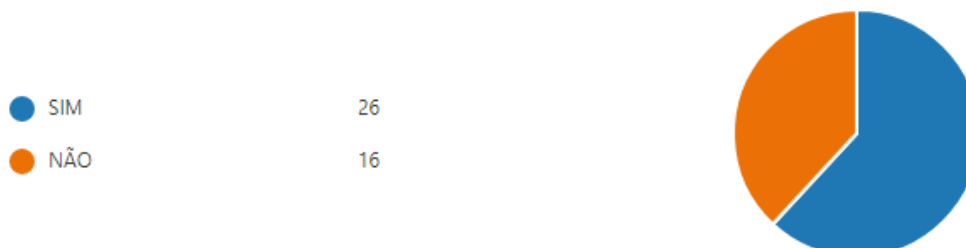
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

Figura 2 – Resposta consolidada dos Conselhos Tutelares – Sala de Reunião

7. Identificar a existência de 01 (uma) sala de reunião (Ofício nº 1627/2020 - SEJUS/ASSESP, e-DOC 9719BA5A).

[Mais Detalhes](#)

Fonte: PT_18 – Consolidação dos *check lists* aplicados - FORMS, fl. 2, associado aos autos.

53. Como é possível observar, 38% dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal não possui sala de reunião nas suas dependências.

54. Acerca desse fato, os conselheiros tutelares entrevistados afirmaram que a ausência da sala de reunião se deve à falta de espaço para sua instalação nas dependências do Conselho.

55. Ressalte-se que, por força do art. 17, § 1º, inc. V, da Resolução CONANDA nº 170/2014, cada conselheiro tutelar deve ter a sua sala reservada para realização dos atendimentos individualizados, “evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescente atendidos”, conforme § 2º do mesmo dispositivo. Diante disso, observou-se que em muitos Conselhos Tutelares não há espaço físico remanescente para a instalação da sala de reunião.

A.3 - Falha no isolamento acústico nas salas dos Conselheiros Tutelares

56. Conforme o art. 17, § 1º, inc. III, da Resolução CONANDA nº 170/2014, as sedes dos Conselhos Tutelares devem conter “sala **reservada** para o atendimento dos casos” (grifo nosso).

57. Diante disso, foi observado que, em diversos Conselhos Tutelares, não há isolamento acústico nas salas dos conselheiros tutelares, o que permite que os atendimentos sejam ouvidos pelo público externo, situação que gera transtornos e constrangimentos para as famílias atendidas.

58. Ressalte-se que essa situação contraria o art. 17, § 2º, da Resolução CONANDA nº 170/2014, que dispõe que “o número de salas deverá atender a



demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, **evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos**".

59. Os problemas de acústica foram observados de forma recorrente, durante a visita *in loco* em 31% dos Conselhos Tutelares, a exemplo das unidades da Asa Sul, Asa Norte, Riacho Fundo I, Park Way, Sobradinho I, dentre outros³⁶.

60. Os conselheiros tutelares afirmaram a necessidade de se promover o isolamento acústico das salas em que ocorrem os atendimentos, com a finalidade de se conferir a necessária privacidade para o atendimento das denúncias.

61. Outrossim, em relação a essa inadequação e todas as anteriores apresentadas, os conselheiros tutelares apresentaram, como **sugestão de melhoria**, que seja promovida a aquisição ou construção de novas sedes para a realização dos atendimentos ou, alternativamente, que seja promovida pela SEJUS/DF locação de imóveis que atendam às condições previstas.

A.4 - Arquivos dos Conselhos Tutelares com volume excessivo de processos

62. Durante as visitas *in loco*, observou-se também que alguns Conselhos Tutelares estão com o depósito abarrotado de processos antigos que estão arquivados.

63. Conforme relataram os conselheiros tutelares, boa parte dos processos mais antigos (que tramitavam pelo meio físico) permanecem guardados nas unidades, em virtude de o espaço disponibilizado pela SEJUS como arquivo central estar cheio.

64. Foi possível observar, durante as visitas, processos de mais de 30 (trinta) anos que permaneciam guardados nos Conselhos Tutelares, fato que compromete o espaço físico do ambiente e impede, inclusive, outros espaços de funcionarem adequadamente, a exemplo da ausência de sala de reunião e de espaço para brinquedoteca em diversos locais.

65. Os conselheiros tutelares apresentaram, como **sugestão de melhoria**, a disponibilização de espaço, pela SEJUS, para destinação dos processos

³⁶ Foram 12 Conselhos Tutelares elencados com problemas de acústica: Asa Norte, Asa Sul, Gama I e II, Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Parkway, Planaltina I e II, Riacho Fundo I, Santa Naria I e Sobradinho I. (PT_11)



mais antigos que estejam arquivados nas sedes dos Conselhos Tutelares, bem como a promoção da digitalização dos respectivos processos, com a finalidade de liberar espaço físico nas referidas instalações.

A.5 - Ausência de detectores de metal nos Conselhos Tutelares

66. Outra demanda recorrente apontada pelos conselheiros tutelares é a ausência de detectores de metal nas entradas dos Conselhos Tutelares, tendo sido mencionado em quatro unidades: Ceilândia II, Sol Nascente, Estrutural e Brazlândia.

67. Segundo os conselheiros, em razão das demandas sensíveis envolvendo direitos relacionados às crianças e aos adolescentes, os conselheiros tutelares são frequentemente ameaçados no exercício das suas funções institucionais.

68. Dessa forma, a instalação de detectores de metal diminui o risco de os conselheiros e a equipe de apoio sofrerem ameaças ou agressões no exercício das suas funções, considerando a natureza sensível das demandas por eles tratadas.

A.6 – Infiltrações e alagamentos nos Conselhos Tutelares

69. Conforme observado *in loco*, verificou-se que os Conselhos Tutelares do Cruzeiro, da Santa Maria I, do Itapoã e de Samambaia II possuíam rachaduras e infiltrações que demandam urgente reforma, uma vez que ensejam frequentes alagamentos no período de chuva. Há salas que, inclusive, ficam inutilizadas no período de chuva, tendo em vista os constantes alagamentos, o que enseja, ainda, riscos elétricos em toda a estrutura.

70. O Conselho Tutelar da Ceilândia I estava com entupimento do esgoto, situação que também enseja alagamentos dentro da repartição.

71. Nos Conselhos Tutelares de São Sebastião, Taguatinga I, Paranoá e Itapoã, por exemplo, há diversas goteiras, devido a necessidade urgente de manutenção do forro/telhado, conforme se observa na imagem abaixo do Conselho Tutelar de Itapoã:³⁷

³⁷ PT_11, fls. 354/357: fotografias do forro do Conselho Tutelar do Itapoã, documento associado aos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

Figura 3 – Teto do Conselho Tutelar do Itapoã



Fonte: PT_11, fl. 356, associado aos autos.

B - Inadequações específicas de maior relevância

Conselho Tutelar do Sudoeste/Octogonal

72. No Conselho Tutelar citado, observou-se que há **uma única sala**, com baias, para todos os conselheiros tutelares. Não há, em todo o espaço, qualquer divisória ou espaço para atendimento individualizado dos assistidos, situação essa que contraria o já citado art. 17, § 2º, da Resolução CONANDA nº 170/2014, a qual dispõe que “o número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar



atendimentos simultâneos, **evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos**”.

73. Ressalte-se que não se trata de mera afetação na acústica dos atendimentos, problema que afeta vários Conselhos Tutelares e já foi abordado anteriormente, mas de situação que afeta gravemente a privacidade dos atendimentos realizados, ferindo o sigilo e a intimidade daqueles que são atendidos na mencionada repartição, razão pela qual a questão foi destacada no presente momento.

74. Na resposta à Nota de Auditoria³⁸, acerca do citado Conselho Tutelar, a SEJUS afirmou que *“atualmente o CT do Sudoeste/Octogonal ocupa espaço cedido pela Administração Regional. O espaço atualmente ocupado não é adequado para o funcionamento do CT e existe um processo de locação em tramitação (00400-00024175/2021-60)”*.

75. Todavia, questionados a esse respeito, os conselheiros tutelares afirmaram que não foram informados sobre previsão de mudança do atual espaço em que exercem as suas atividades.

Conselho Tutelar do Lago Norte

76. Conforme visita no local, constatou-se que o telefone da repartição fica muito tempo fora do ar, devido a problemas no acesso à internet, situação que afeta os atendimentos que são realizados na repartição.

Conselho Tutelar do Varjão

77. Em relação ao imóvel no qual o Conselho Tutelar do Varjão está instalado, em resposta da SEJUS à Nota de Auditoria³⁹, a Secretaria afirmou que *“o espaço é adequado para realização das atividades inerentes aos Conselhos Tutelares.”*

78. Todavia, conforme verificado *in loco*, o imóvel no qual o Conselho Tutelar do Varjão está instalado foi **condenado pela defesa civil** por perigo de desabamento, estando com a situação física gravemente comprometida.

³⁸ DA_5: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 1/2022, fls. 25/26, associado aos autos.

³⁹ DA_5: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 1/2022, fl. 27, associado aos autos.



79. Segundo alegaram os conselheiros tutelares, foi definido novo imóvel para locação, estando as tratativas em fase adiantada de contratação, sem haver, todavia, data prevista para a mudança.

Conselho Tutelar do SIA

80. Não há serviço de vigilante no mencionado Conselho Tutelar. Ressalte-se que a presença do vigilante, segundo os conselheiros tutelares entrevistados, é fundamental tanto para a defesa e proteção patrimonial quanto para inibir eventuais condutas abusivas dos assistidos, considerando que os casos tratados são sensíveis, envolvendo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Conselho Tutelar de Águas Claras

81. Assim como no Conselho Tutelar do SIA, no citado Conselho Tutelar não há vigilante na repartição.

Conselho Tutelar de Santa Maria I

82. Verificou-se que todos os computadores utilizados na repartição são antigos e apresentam lentidão no sistema operacional, fato que compromete o exercício das atividades do Conselho Tutelar.

Conselho Tutelar do Itapoã

83. Foi observado que o portão automático da entrada da repartição está quebrado.

84. Observou-se, também, que faltam tomadas no imóvel, situação que gera a necessidade do uso de extensores de tomada, com possível risco de incêndio pelo sobrecarregamento da parte elétrica.

Conselho Tutelar de Sobradinho I

85. No citado Conselho, observou-se que o imóvel ocupado não é adequado para as atividades exercidas, por ser muito pequeno e não ter sido



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

adaptado para as atividades que são exercidas pelo Conselho Tutelar⁴⁰, conforme imagens abaixo:

Figura 4 – Entrada do Conselho Tutelar de Sobradinho I



Fonte: PT_11, fl. 323, associado aos autos.

⁴⁰ PT_11, fls. 323/325: fotografias do espaço físico do Conselho Tutelar de Sobradinho I, documento associado aos autos.

Figura 5 – Área interna do Conselho Tutelar de Sobradinho I



Fonte: PT_11, fl. 324, associado aos autos.

86. Segundo relataram os conselheiros tutelares entrevistados, as pessoas que estão na espera escutam os atendimentos que são realizados, medida que gera constrangimentos e transtornos perante aqueles que estão sendo atendidos.

87. Outrossim, as cadeiras da repartição estão em péssimo estado, necessitando ser renovadas com urgência.

88. Em resposta da SEJUS à Nota de Auditoria⁴¹, a Secretaria afirmou que o Conselho Tutelar “*ocupa espaço alugado, espaço adequado para realização das atividades*”. Todavia, essa situação não foi observada durante a visita *in loco*.

⁴¹ DA_5: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 1/2022, fl. 24.



Conselho Tutelar de Sobradinho II

89. No Conselho Tutelar de Sobradinho II, foi verificada situação semelhante ao Conselho de Sobradinho I.

90. O imóvel ocupado também não é adequado para as atividades exercidas, por ser muito pequeno, apertado e inadequado para as demandas do Conselho Tutelar.

91. As cadeiras da repartição também estão em péssimo estado de conservação, necessitando ser renovadas com urgência.

92. Foi observado, ainda, que há 2 (dois) equipamentos de ar-condicionado na repartição que estão há mais de 2 (dois) anos sem uso, devido a problemas na instalação elétrica do imóvel, a qual necessita de reparos urgentes em toda instalação.

93. Em resposta à Nota de Auditoria⁴², a SEJUS afirmou que o Conselho Tutelar *“ocupa espaço alugado, o espaço é adequado para a realização das atividades inerentes aos Conselhos Tutelares”*. Todavia, essa situação não foi observada durante a visita *in loco*.

Conselho Tutelar de Taguatinga I

94. No citado Conselho Tutelar, há necessidade de manutenção no teto do imóvel⁴³. Segundo os conselheiros tutelares entrevistados, não há definição de quem seria o responsável pela manutenção predial, impossibilitando a requisição da manutenção.

95. Ainda, é necessária a manutenção do ar-condicionado, pois o imóvel é pequeno e possui poucas correntes de ar, inviabilizando o trabalho no local nos períodos mais quentes do dia. Foi encaminhado memorando à SEJUS solicitando o reparo, mas até agora não foi realizado⁴⁴.

96. O citado Conselho necessita, ainda, da troca urgente das cadeiras e da mesa de reunião, bem como da instalação de uma caixa d'água no imóvel.

⁴² DA_5: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 1/2022, fl. 24.

⁴³ PT_11, fls. 37/38: fotografias do teto do Conselho Tutelar de Taguatinga I, documento associado aos autos.

⁴⁴ PT_11, fl. 39: documento solicitando o reparo do ar-condicionado à SEJUS, documento associado aos autos.



97. Por fim, o local designado como garagem foi interditado pela defesa civil, necessitando da intervenção da SEJUS para regularizar a área.

Conselho Tutelar de Samambaia II

98. No citado Conselho Tutelar, o imóvel necessita de vistoria urgente no piso da cozinha, que está ameaçando desabar ou afundar, situação essa que gera riscos para os funcionários da repartição.

Conselho Tutelar da Estrutural

99. O referido Conselho Tutelar foi inaugurado em julho/2022, após a finalização da obra de construção do imóvel.

100. Todavia, segundo esclareceram os conselheiros tutelares, o projeto arquitetônico de construção dos Conselhos Tutelares possui deficiências, tais como: a) ausência de forro no bloco de entrada; b) o fato das portas de entrada serem de vidro, o que compromete a segurança da repartição; c) aberturas no telhado na parte da frente do imóvel; d) espaço pequeno da sala de setor administrativo; e e) ausência de espaço para a brinquedoteca.

101. Outrossim, verificou-se que todos os computadores utilizados na repartição são antigos e apresentam lentidão no sistema operacional, fato que compromete o exercício das atividades do Conselho Tutelar.

Conselho Tutelar de Brazlândia

102. No citado Conselho Tutelar, todas as cadeiras e armários estão em péssimo estado de conservação.

103. Ainda, não há ar-condicionado no imóvel, trazendo transtornos para o exercício das atividades profissionais na repartição.

Conselho Tutelar de Planaltina I

104. No citado Conselho, observou-se que o imóvel não é adequado para o funcionamento de um Conselho Tutelar, uma vez que o imóvel é pequeno e muito



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

apertado, não havendo sala de reunião, brinquedoteca e sem espaço amplo para instalação da unidade administrativa⁴⁵.

105. Em resposta da SEJUS à Nota de Auditoria⁴⁶, a SEJUS reconhece que *“o espaço não é adequado para realização das atividades inerentes ao CT, pois a situação do imóvel é improvisada, salas pequenas e a estrutura não é boa.”*

106. A Secretaria também afirmou que o *“processo SEI nº 00400-00013022/2020-14 trata da cessão de terreno para construção da sede do CT.”* Em 02/06/2022, foi publicado na imprensa oficial extrato do Termo de Cessão de Uso do imóvel no qual será futuramente construído o Conselho Tutelar de Planaltina I⁴⁷. O citado Termo tem validade de 5 (cinco) anos.

107. Outrossim, segundo a SEJUS, *“tramita também o processo nº 00400-00013082/2019-95, que tem como objeto a locação de espaço para sediar o Conselho Tutelar, até o momento, não logrou êxito.”*

108. Assim, observa-se que não há previsão de transferência das atividades do Conselho Tutelar de Planaltina I para outro imóvel, apesar da urgente necessidade e da própria SEJUS reconhecer que o espaço não é adequado para o exercício das atividades.

Conselho Tutelar de Planaltina II

109. No citado local, observou-se que o imóvel também não é adequado para o funcionamento de um Conselho Tutelar, uma vez que é muito pequeno e apertado, não havendo sala de reunião, brinquedoteca e sem espaço amplo para instalação da unidade administrativa⁴⁸.

110. Ainda, as salas não possuem nenhuma ventilação, faltando também o ar-condicionado, situação que inviabiliza o trabalho na repartição nos dias mais quentes.

⁴⁵ PT_11, fls. 105/111: fotografias do espaço físico do Conselho Tutelar de Planaltina I, documento associado aos autos.

⁴⁶ DA_5: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 1/2022, fls. 17/18.

⁴⁷ Acesso em 25/01/2023 ao site da DODF, fl. 54, disponível em <https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2022|06_Junho|DODF%20103%2002-06-2022|&arquivo=DODF%20103%2002-06-2022%20INTEGRA.pdf>.

⁴⁸ PT_11, fls. 116 e 118/121: fotografias do espaço físico do Conselho Tutelar de Planaltina II, documento associado aos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

111. Por fim, a pintura do Conselho está ruim e falta manutenção elétrica nas tomadas da repartição.

Conselho Tutelar do Paranoá

112. Observou-se que a sala de arquivo do mencionado Conselho não comporta mais arquivos físicos, uma vez que a sala utilizada para este fim está abarrotada de processos antigos que foram arquivados, conforme se observa na imagem abaixo:

Figura 6 – Arquivo do Conselho Tutelar do Paranoá



Fonte: PT_11, fl. 136, associado aos autos.

Quadro-resumo das inadequações encontradas nas instalações dos Conselhos Tutelares

113. Abaixo, segue quadro com resumo das inadequações acima observadas:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

Quadro 2 – Resumo das inadequações na estrutura física dos Conselhos Tutelares

INADEQUAÇÕES GERAIS
1) Insuficiência de acessibilidade para pessoas com deficiência em 1/3 dos Conselhos Tutelares (§ § 40 a 49);
2) Ausência de sala de reunião em 38% dos Conselhos Tutelares (§ § 50 a 55);
3) Falha no isolamento acústico nas salas de 31% dos Conselheiros Tutelares (§ § 56 a 61);
4) Arquivos dos Conselhos Tutelares com volume excessivo de processos (§ § 62 a 65);
5) Ausência de detectores de metal em 10% dos Conselhos Tutelares (§ § 66 a 68);
6) Infiltrações e alagamentos em 8 (aproximadamente 17%) dos Conselhos Tutelares (§ § 69 a 71).

Fonte: elaboração própria.

Quadro 3 – Resumo das inadequações na estrutura física dos Conselhos Tutelares

INADEQUAÇÕES ESPECÍFICAS	
Conselho Tutelar	Resumo das Irregularidades
Conselho Tutelar do Sudoeste/Octogonal (§ § 72 a 75)	- 1 (uma) sala para todos os Conselheiros Tutelares.
Conselho Tutelar do Lago Norte (§ 76)	- Telefone muito tempo fora do ar, devido a problemas no acesso à internet.
Conselho Tutelar do Varjão (§ § 77 a 79)	- Imóvel condenado pela defesa civil, por perigo de desabamento.
Conselho Tutelar do SIA (§ 80)	- Não há serviço de vigilante na repartição.
Conselho Tutelar de Águas Claras (§ 81)	- Não há vigilante na repartição.
Conselho Tutelar de Santa Maria I (§ 82)	- Computadores antigos, com lentidão no sistema operacional;
Conselho Tutelar do Itapoã (§ § 83 e 84)	- Portão automático quebrado; - Insuficiência de tomadas no imóvel, com risco de sobrecarga elétrica.
Conselho Tutelar de Sobradinho I (§ § 85 a 88)	- Imóvel inadequado para o exercício das atribuições do Conselho Tutelar; - Problemas de acústica nas salas dos conselheiros tutelares; - Cadeiras da repartição com estado ruim de conservação;
Conselho Tutelar de Sobradinho II (§ § 89 a 93)	- Imóvel inadequado para o exercício das atribuições do Conselho Tutelar; - Cadeiras da repartição com estado ruim de conservação; - Equipamentos de ar-condicionado sem instalação; - Necessidade de reparos urgentes na parte elétrica;
Conselho Tutelar de Taguatinga I (§ § 94 a 97)	- Necessidade urgente de manutenção do telhado; - Necessidade de manutenção do ar-condicionado; - Cadeiras da repartição e mesa de reunião em estado ruim de conservação; - Garagem do imóvel interditada pela defesa civil.
Conselho Tutelar de Samambaia II (§ 98)	- Piso da cozinha com ameaça de desabamento ou afundamento, necessitando urgente de inspeção;
Conselho Tutelar da Estrutural (§ § 99 a 101)	- Deficiências no projeto arquitetônico do Conselho Tutelar; - Computadores antigos, com lentidão no sistema operacional.
Conselho Tutelar de Brazlândia (§ § 102 e 103)	- Cadeiras e armários com estado ruim de conservação; - Falta de ar-condicionado no imóvel.
Conselho Tutelar de Planaltina I (§ § 104 a 108)	- Imóvel inadequado para o exercício das atribuições do Conselho Tutelar.
Conselho Tutelar de Planaltina II (§ § 109 a 111)	- Imóvel inadequado para o exercício das atribuições do Conselho Tutelar; - Salas sem nenhuma ventilação; - Ausência de ar-condicionado;

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

	- Necessidade de pintura no imóvel; - Necessidade de manutenção elétrica nas tomadas da repartição.
Conselho Tutelar do Paranoá (§ 112)	- Necessidade de ampliação da sala utilizada como arquivo.

Fonte: elaboração própria.

114. A esse respeito, a SEJUS, em resposta à Nota de Auditoria⁴⁹, informou os valores despendidos com manutenção predial dos Conselhos Tutelares, no período de 2020 a 2022:

Figura 7 – Valores despendidos com a manutenção dos Conselhos Tutelares

SERVIÇO	LOCAL	PERÍODO	VALOR
Manutenção Predial	Conselhos Tutelares	2020	R\$ 55.749,50
Manutenção Predial	Conselhos Tutelares	2021	R\$ 14.379,54
Manutenção Predial	Conselhos Tutelares	2022	R\$ 246.663,09
TOTAL			R\$ 316.792,09

Fonte: DA_5, resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 1/2022, fl. 204, associado aos autos.

115. A análise dos reparos realizados mostrou que a maioria é de natureza corretiva, sem recorrência específica por Conselho Tutelar e com algumas unidades não atendidas no triênio 2020-2022⁵⁰. Aproximadamente 52% do gasto no triênio foi destinado à Coordenação de Apoio aos Conselhos Tutelares - COORACT, que atendeu diversos Conselhos Tutelares (28%) e ao Conselho Tutelar de São Sebastião (24%) para manutenção e individualização da distribuição de energia elétrica. Portanto, os demais serviços por Conselho Tutelar são insignificantes.

Causas

116. Escassez de espaço nos edifícios em que estão instalados os Conselhos Tutelares.

117. Espaço insuficiente no arquivo central da SEJUS e consequente utilização de espaço nos Conselhos Tutelares para guarda de processos físicos antigos.

118. Insuficiência das medidas tomadas pelo Estado para alocar os Conselhos Tutelares em instalações com estrutura física mínima para o exercício das suas atribuições legais.

⁴⁹ DA_5: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 1/2022, fls. 202 a 204, associado aos autos.

⁵⁰ DA_5: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 1/2022, fls. 202 a 204, associado aos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

119. Intempestividade no atendimento das demandas apresentadas pelos Conselhos Tutelares relativas à ausência de estrutura física para o exercício das suas atividades.

120. Incipiência na realização de manutenção predial preventiva e corretiva.

Efeitos

121. Prejuízos à plena realização das atribuições dos Conselhos Tutelares e ao atendimento das necessidades da sociedade, em especial a acessibilidade para pessoas com deficiência e o acolhimento digno ao público.

Considerações do gestor

122. A Jurisdicionada manifestou-se por meio do Ofício 1217/2024 – SEJUS/GAB⁵¹, apresentando as respostas provenientes das áreas técnicas⁵². Os documentos forneceram esclarecimentos e providências da Pasta acerca das constatações contidas no Relatório Prévio de Auditoria.

123. A respeito da insuficiência de acessibilidade para portadores de necessidades especiais (A.1), a Pasta informou que realiza vistoria prévia nos imóveis e que todas as novas unidades estão em conformidade com as normas técnicas vigentes, contudo, está envidando esforços para a regularização de todas as unidades.

124. Quanto às seguintes falhas elencadas no Relatório Prévio: ausência de sala de reunião (A.2); ausência de sala ou espaço para brinquedoteca/ludicidade (A.3) e falha no isolamento acústico nas salas (A.4); a Pasta esclareceu que as instalações físicas estão de acordo com a Resolução nº 231/2022 do CONANDA e que, em tal dispositivo, não há tais exigibilidades dentre os requisitos mínimos exigidos para funcionamento⁵³. Porém, no que tange ao A.2, informou que tem priorizado, na seleção de novos imóveis, unidades que contemplem tal demanda. Quanto ao A.3, alegou que a previsão normativa não é de implantação de brinquedoteca, mas de sala reservada com recursos lúdicos para crianças e adolescentes em atendimento.

⁵¹ Peça 9, e-DOC [F5162699-e](#), Processo 00600-00003932/2024.

⁵² Peças 6, 7 e 9 do Processo 00600-00003932/2024-11-e, apensado ao original.

⁵³ e-DOC 420BE79D-e, fls. 1 a 3 (Processo nº 3932/2024-e).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

125. No que tange ao volume excessivo de processos nos arquivos (A.5), a Pasta comunicou que os Conselhos Tutelares foram orientados a digitalizar os processos físicos, inserindo-os no SEI-GDF⁵⁴.

126. Em relação às infiltrações e alagamentos nos Conselhos Tutelares (A.7), esclareceu que há contrato de manutenção nas instalações indicadas pela SEJUS/DF e, quando os problemas são oficialmente notificados, há encaminhamento para a Unidade de Engenharia, responsável pela resolução das demandas⁵⁵.

127. Quanto às inadequações específicas de maior relevância, apresenta-se o Quadro a seguir com o compilado da manifestação do gestor por unidade. A fim de facilitar a visualização e a análise, a Equipe de Auditoria atribuiu as seguintes cores para as manifestações do gestor: verde para as ações concluídas ou justificadas pelos gestores, amarelo para as ações avaliadas como em andamento, e vermelha para aquelas em que há divergência do gestor em relação ao Relatório Prévio.

Quadro 4 – Inadequações específicas de maior relevância por Conselho Tutelar – ações concluídas ou justificadas⁵⁶

Conselho Tutelar	Inadequações	Manifestação do gestor
Lago Norte	Telefone muito tempo fora do ar, devido a problemas no acesso à internet.	Foram problemas eventuais devido a alguma intercorrência.
Varjão	Imóvel condenado pela defesa civil, por perigo desabamento.	Houve mudança de sede, portanto, o CT ocupa novo espaço.
Itapoã	Portão automático quebrado;	O portão eletrônico está funcionando;
Planaltina II	Necessidade de pintura no imóvel;	O imóvel foi pintado;
Sobradinho I	Imóvel inadequado para o exercício das atribuições do Conselho Tutelar;	Imóvel alugado cuja vigência se estende até 14/07/2024. No entanto, o imóvel é adequado para o exercício das atribuições;
	Problemas de acústica nas salas dos conselheiros tutelares;	O imóvel é adequado para o exercício das atribuições;
Estrutural	Deficiências no projeto arquitetônico do Conselho Tutelar.	CT ocupa espaço próprio, inaugurado em 2023 e possui instalações adequadas. O projeto arquitetônico foi elaborado pela SEJUS com base

⁵⁴ e-DOC 420BE79D-e, fls. 3 (Processo nº 3932/2024-e).

⁵⁵ e-DOC 420BE79D-e, fls. 3 (Processo nº 3932/2024-e).

⁵⁶ e-DOC 420BE79D-e, fls. 3 a 6 (Processo nº 3932/2024-e). As inadequações de Sobradinho I e Estrutural foram justificadas e acolhidas conforme explicações do capítulo de posicionamento da equipe de auditoria.



		no Projeto Modelo do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.
--	--	--

Fonte: elaboração própria

Quadro 5 – Inadequações específicas de maior relevância por Conselho Tutelar – ações em andamento ou com divergência do gestor em relação ao Relatório Prévio de Auditoria⁵⁷

Conselho Tutelar	Inadequações	Manifestação do gestor
Sudoeste Octogonal	Há 1 (uma) sala para todos os Conselheiros Tutelares.	Nova locação encontra-se em fase de finalização.
SIA e Águas Claras	Não há serviço de vigilante nas repartições.	CTs ocupam espaços alugados que contam com segurança com controle de entrada e saída. Todavia, <u>consultará</u> as unidades para avaliar a instalação de posto de segurança próprio.
Santa Maria I	Computadores antigos, com lentidão no sistema operacional;	O CT recebeu 2 (dois) computadores desktops novos;
Itapoã	Insuficiência de tomadas no imóvel, com risco de sobrecarga elétrica.	Não houve sinalização à SEJUS quanto aos riscos de sobrecarga elétrica. Porém, <u>notificará</u> o setor responsável para averiguação.
Sobradinho I	Cadeiras da repartição com estado ruim de conservação.	Houve aquisição de 220 cadeiras para os CT, portanto, <u>sugerirá</u> às unidades que formalizem o pedido por meio de processo;
Sobradinho II	Imóvel inadequado para o exercício das atribuições do Conselho Tutelar;	Imóvel alugado cuja vigência contratual se estende até 14/02/2025;
	Cadeiras da repartição com estado ruim de conservação;	Houve aquisição de 220 cadeiras para os CT, portanto, <u>sugerirá</u> às unidades que formalizem o pedido por meio de processo;
	Equipamentos de ar-condicionado sem instalação;	Houve reparação dos equipamentos de ar-condicionado; está <u>pendente</u> a instalação de 1 aparelho;
	Necessidade de reparos urgentes na parte elétrica;	<u>Orientará</u> a unidade a formalizar o pedido de reparo na parte elétrica;
Taguatinga I	Necessidade urgente de manutenção do telhado;	Os pedidos de manutenção foram formalizados junto à Unidade de Engenharia;
	Necessidade de manutenção do ar-condicionado;	
	Cadeiras da repartição e mesa de reunião em estado ruim de conservação;	Houve aquisição de 220 cadeiras para os CT, portanto, <u>sugerirá</u> às unidades que formalizem o pedido por meio de processo;

⁵⁷ e-DOC 420BE79D-e, fls. 3 a 6 (Processo nº 3932/2024-e).


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

	Garagem do imóvel interditada pela defesa civil.		O imóvel não possui garagem e a citada interdição é fato desconhecido da Coordenação, bem como da chefe administrativa do CT.
Samambaia II	Piso da cozinha com ameaça de desabamento ou afundamento, necessitando urgente de inspeção;		<u>Orientou</u> a unidade a formalizar o pedido de manutenção;
Estrutural	Computadores antigos, com lentidão no sistema operacional.		CT recebeu 2 (dois) computadores desktops novos.
Brazlândia	Cadeiras e armários com estado ruim de conservação;		Houve aquisição de 220 cadeiras para os CT, portanto, <u>sugerirá</u> às unidades que formalizem o pedido por meio de processo; orientará a unidade a formalizar o pedido de armários;
	Falta de ar-condicionado no imóvel.		Há ar-condicionado na unidade, cujo pedido de reparo foi solicitado ao setor responsável.
Planaltina I	Imóvel inadequado para o exercício das atribuições do Conselho Tutelar.		CT ocupa espaço cedido pela SEDES, há Processo SEI em tramitação, objetivando a locação de espaço para sediar a Unidade e em paralelo, está em curso iniciativas para construção de sede própria.
Planaltina II	Imóvel inadequado para o exercício das atribuições do Conselho Tutelar;		CT ocupa espaço cedido pela Adm. Regional de Planaltina e tramita Processo SEI visando a construção de sede própria. A pasta tem realizado manutenções necessárias, bem como busca efetivar nova locação até que a nova sede seja finalizada.
	Salas sem nenhuma ventilação;		Há ar-condicionado, cuja manutenção foi solicitada;
	Ausência de ar-condicionado;		
	Necessidade de manutenção elétrica nas tomadas da repartição.		<u>Orientará</u> a unidade a formalizar o pedido de manutenção.
Paranoá	Necessidade de ampliação da sala utilizada como arquivo.		<u>Orientou</u> os CT a digitalizar os processos e inseri-los no SEI.

Fonte: elaboração própria

Posicionamento da equipe de auditoria

128. Com relação ao tópico A.1, insuficiência de acessibilidade para portadores de necessidades especiais nos Conselhos Tutelares, a Jurisdicionada não refutou as evidências, mas tão somente fez esclarecimentos sobre o processo de vistoria e informou que está tomando providências para sanar as irregularidades.

129. A respeito das considerações do gestor sobre **ausência de sala de reunião, ausência de brinquedoteca e falha no isolamento acústico**, cabe ressaltar, inicialmente, que a Resolução CONANDA nº 170/2014 estabelece requisitos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

mínimos para o funcionamento dos Conselhos Tutelares, não sendo, portanto, uma lista exaustiva. Ainda, a referida resolução determina que a sede deve oferecer espaço físico e instalações que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros e o acolhimento digno ao público⁵⁸.

130. Conforme mencionado no tópico da **ausência de sala de reunião**, a legislação determina que as decisões do Conselho Tutelar sejam tomadas em colegiado e define a periodicidade em que tais reuniões devem ocorrer. Ademais, reforça a necessidade de sala de reunião, a resposta da Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes – SUBPCA em outro processo, mas correlato ao tema, ao mencionar que o espaço para reuniões é indispensável para o bom funcionamento do Conselho, servindo tanto para reuniões colegiadas, quanto para demais reuniões administrativas e intersetoriais⁵⁹.

131. De modo semelhante, as argumentações a respeito da ausência de sala ou espaço para brinquedoteca e da falha de isolamento acústico nas salas dos Conselhos Tutelares se restringiram aos requisitos mínimos definidos pela Resolução.

132. A respeito da **falha de isolamento acústico**, vale ressaltar que referida Resolução dispõe que o Conselho Tutelar deve possuir sala reservada para o atendimento⁶⁰, mas também que o número de salas deve atender à demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos⁶¹. Ou seja, não basta a existência de salas para atendimento, devendo-se garantir o cumprimento do princípio do respeito à intimidade, e à imagem da criança e do adolescente⁶².

133. Em que pese a importância da **brinquedoteca** para o atendimento das crianças e adolescentes, na ausência de legislação que regule tal exigência e de dados que mensurem o tempo de atendimento nas unidades, optou-se pelo acolhimento da manifestação do gestor e procedeu-se à supressão da evidência neste Relatório Final, salientando-se que a análise pautou-se em documento técnico da SEJUS (eDOC 9719BA5A) que mencionava sala/espaço para

⁵⁸ Art. 17, § 1º da Resolução CONANDA nº 170/2014.

⁵⁹ Ofício nº 1627/2020 – SEJUS/ASSESP, e-DOC [9719BA5A-c](#), peça 49, do Processo nº 21944/2019-e.

⁶⁰ Art. 17, § 1º, III, da Resolução CONANDA nº 170/2014.

⁶¹ Art. 17, § 2º, da Resolução CONANDA nº 170/2014.

⁶² Art. 37, V, da Resolução CONANDA nº 170/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

brinquedoteca/ludicidade como um dos ambientes a ser observado quando da locação de novos espaços físicos para os Conselhos Tutelares. Não obstante, resta esclarecido que a ludicidade está associada à sala de atendimento. Dessa forma, foram desconstituídas as evidências do Relatório Prévio de Auditoria com a supressão dos parágrafos 51-55 e 93 e realizados os devidos ajustes no Quadro 2.

134. Quanto aos **arquivos com volume excessivo de processos**, a Jurisdicionada tomou providências iniciais quanto à orientação para digitalização dos arquivos, mas não comunicou o prazo para conclusão dessa atividade por Conselho Tutelar⁶³.

135. Não houve manifestação a respeito da **ausência de detectores de metal (item A.6), e sobre as infiltrações e alagamentos nos Conselhos Tutelares**, houve apenas esclarecimentos quanto à vigência de contrato de manutenção cujo acionamento pela SEJUS depende de notificação oficial dos problemas pelos Conselhos Tutelares, sem contestação das evidências.

136. Desse modo, as informações prestadas pela Secretaria não foram suficientes para afastar as falhas anteriormente identificadas, à exceção ausência de sala ou espaço para brinquedoteca supramencionada. Por fim, as evidências e demais elementos do achado se mantêm válidas, sendo renumeradas as evidências devido ao ajuste já indicado e acrescida causa relativa à incipiência na realização de manutenção predial preventiva e corretiva.

137. Passa-se, então, à análise das inadequações específicas de maior recorrência nos Conselhos Tutelares. A Jurisdicionada elencou algumas providências iniciais adotadas para sanar as inadequações descritas no Relatório Prévio conforme Quadro 4.

138. Algumas iniciativas foram implementadas (mudança de sede do Varjão, conserto do portão de Itapoã, pintura do imóvel de Planaltina II) ou justificada no caso do telefone do Lago Norte, portanto, em relação a essas inadequações mencionadas, acolhe-se a manifestação da Secretaria.

⁶³ Processo SEI 00400-00007527/2024-65, documento 132813254.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

139. Em que pese as tratativas iniciais em relação às inadequações relativas a bens móveis (cadeiras) e necessidade de serviços de manutenção e segurança (elétrica, ar-condicionado, vigilância), optou-se por manter as análises e evidências, pois a maioria das ações, conforme Quadro 5, ainda necessita de algum trâmite administrativo para a sua conclusão e consequente impacto na estrutura física da unidade.

140. Adicionalmente, no caso dos computadores, entende-se que as providências não atenderam à demanda, pois em Santa Maria e na Estrutural foi relatado que todos os computadores estavam com lentidão, ao passo que somente 2 (dois) foram entregues em cada unidade⁶⁴. Cabe salientar que a Resolução Conanda nº 231/2022, em seu art. 4º, §1º, alínea “g”⁶⁵, destacou a importância da adequação dos computadores para as atividades realizadas pelos Conselhos Tutelares.

141. Por outro lado, a respeito da estrutura dos imóveis, a Jurisdicionada refutou as evidências quanto às inadequações dos Conselhos Tutelares de Sobradinho I, Taguatinga I e Estrutural.

142. No primeiro caso, a Jurisdicionada afirmou que o Conselho Tutelar de Sobradinho I é adequado, contrariando o apontado no Relatório Prévio. Por meio de pesquisa no SEI⁶⁶ verificou-se que houve mudança de sede da unidade em 28/02/2023, e, por meio de contato telefônico com o Conselho Tutelar, realizado em 08/07/2024, obteve-se a informação de que o espaço é amplo e adequado para o exercício das atividades. Assim, acolhe-se a manifestação da jurisdicionada em relação à parte do imóvel inadequado, bem como da acústica, fazendo-se a devida adequação nas proposições. Neste contexto, cabe salientar que as figuras 4 e 5 deste

⁶⁴ PT_11, fls. 197 e 279. Em Santa Maria a substituição atendeu 25% da demanda (2 de 8 computadores) e na Estrutural, 20% (2 de 10).

⁶⁵ g) computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à internet, com volume de dados e velocidade necessários para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar, assim como para a assinatura digital de documentos;

⁶⁶ Processo SEI 00400-00019878/2021-76, Extrato de Contrato nº 16/2022 publicado no DODF em 25/07/2022. Novo endereço: Quadra 13, CL 28, Loja 01 – Sobradinho, Brasília – DF, 73041-670, disponível em: <https://www.sejus.df.gov.br/conselhos-tutelares/>, acesso em 08/07/2024.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

Relatório não mais refletem a situação atualizada deste Conselho Tutelar, todavia foram mantidas para demonstrar a situação à época das visitas.

143. Quanto ao Conselho Tutelar de Taguatinga I, a manifestação da Pasta de que o imóvel não possui garagem corrobora a evidência de auditoria, sendo necessárias providências a fim de buscar alternativas para essa inadequação.

144. No que diz respeito ao Conselho Tutelar da Estrutural, a Pasta comunicou que o imóvel foi inaugurado em 2023 e que o projeto arquitetônico foi elaborado pela SEJUS com base no Projeto Modelo do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Diante da manifestação da Pasta e reanalisando as evidências, opta-se pelo acolhimento das manifestações quanto a esse ponto dado que tal referencial não havia sido adotado como critério para a presente Auditoria.

145. Desse modo, o Quadro 5 contém a nova lista das inadequações remanescentes de maior relevância, por Conselho Tutelar, em substituição ao Quadro 3.

146. Neste sentido, considerando as manifestações, procedeu-se a ajustes redacionais na proposição I.a deste achado a fim de refletir as alterações supramencionadas.

Proposições

147. Propõe-se ao egrégio Plenário:

- I. Determinar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS/DF que:
 - a. corrija as inadequações na estrutura física dos Conselhos Tutelares, indicadas nos Quadros 2 e 5 do Relatório Final de Auditoria, priorizando suas ações com base em critérios de relevância e urgência, de modo a garantir as condições de atendimento e funcionamento daquelas unidades, nos termos do art. 17 da Resolução CONANDA nº 170/2014;
 - b. zele pela devida manutenção predial preventiva e corretiva dos imóveis utilizados pelos Conselhos Tutelares, visando evitar e corrigir defeitos nas instalações que prejudiquem o adequado



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

funcionamento, tais como os elencados nos Quadros 2 e 5 do Relatório Final de Auditoria;

- c. promova a desocupação de espaços utilizados para guarda de processos físicos nas instalações dos Conselhos Tutelares, adequando-os aos termos do art. 17 da Resolução CONANDA nº 170/2014, estabelecendo, por exemplo, prazo para digitalização dos referidos processos.

Benefícios esperados

148. Melhoria das condições de trabalho dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal, nos seguintes aspectos: aprimoramento da qualidade da infraestrutura das unidades, otimização do espaço disponível para o funcionamento dos Conselhos Tutelares, melhor gestão dos documentos que transitam nas unidades, com o consequente aprimoramento do cumprimento das suas funções institucionais em benefício da população.

2.1.2 Achado 1.2 – Insuficiência de apoio administrativo aos Conselhos Tutelares

Critério

149. Os Conselhos Tutelares devem possuir estrutura de pessoal e apoio administrativo adequados para realização de suas atribuições.

150. Legislação aplicável: Lei Distrital nº 5.294/2014, arts. 9º, 10, § 4º, e 88; Decreto Distrital nº 37.950/2017, art. 32, inciso X.

Análises e Evidências

151. Foi realizada visita em todos os 42 (quarenta e dois) Conselhos Tutelares do Distrito Federal⁶⁷ e verificou-se que o apoio administrativo prestado aos Conselhos Tutelares (que perpassa aspectos desde o fornecimento de material de expediente e equipamentos aos Conselhos até assegurar que os conselheiros se desloquem aos locais de atendimentos) é insuficiente.

⁶⁷ PT_11: *checklist* aplicado nos Conselhos Tutelares, documento associado aos autos.



152. Abaixo, serão detalhadas as situações que configuraram insuficiência no apoio administrativo prestado aos Conselhos Tutelares.

A.1 - Ausência de impressora/scanner nas unidades dos Conselhos Tutelares

153. Durante as visitas *in loco*, observou-se que alguns Conselhos Tutelares estão sem impressora e *scanner* para a realização dos seus trabalhos. O equipamento é fundamental para o funcionamento rotineiro dos Conselhos, uma vez que estes recebem diariamente documentos e denúncias por diversos meios, necessitando do equipamento para viabilizar o trâmite processual.

154. O Conselho Tutelar da Região Administrativa do SIA está sem impressora há 6 (seis) meses, fato que prejudica o andamento das denúncias e os processos rotineiros que tramitam na unidade. O Conselho Tutelar da Asa Norte, por sua vez, está sem *scanner* disponível para a realização das atividades.

155. Outrossim, o Conselho Tutelar do Riacho Fundo I também está sem impressora há 3 (três) meses, fato que inviabiliza algumas rotinas de trabalho.

156. Em diversos Conselhos, observou-se que havia impressora disponível, mas que estava com defeito ou aguardando a instalação por parte da SEJUS/DF.

157. Diante do exposto, propõe-se determinar à SEJUS/DF que realize levantamento das impressoras e *scanners* à disposição dos Conselhos Tutelares com indicação da respectiva condição de funcionamento, e que sejam adotadas medidas visando fornecer os equipamentos para as unidades que estão desfalcadas, bem como realizar as respectivas trocas e reparos dos equipamentos defeituosos.

A.2 - Insuficiência do apoio administrativo prestado pela Coordenação de Denúncias de Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente – CISDECA durante o sobreaviso

158. Conforme o art. 36 do Decreto nº 37.950/2017 (Regimento Interno dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal), no período de 18h de um dia até 8h do dia seguinte, e durante os sábados, domingos e feriados, o recebimento de denúncias de

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

violação de direitos da criança ou do adolescente é realizado pela Coordenação de Denúncias de Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente – CISDECA.

159. Uma vez recebida a denúncia, cabe ao CISDECA “comunicar o fato ao conselheiro tutelar que estiver de sobreaviso na localidade da ocorrência e fornecer os dados necessários para o atendimento emergencial”⁶⁸.

160. O mencionado Decreto disciplina, ainda, que cabe à CISDECA “garantir, durante o sobreaviso, o apoio administrativo necessário ao deslocamento do conselheiro tutelar ao local da ocorrência da denúncia”⁶⁹.

161. Acerca desse ponto, os Conselhos Tutelares foram questionados, durante a aplicação do *checklist*, se os veículos disponibilizados pela CISDECA para auxílio durante o sobreaviso atendiam satisfatoriamente à demanda das ocorrências. A resposta consolidada segue na Figura colacionada a seguir:

Figura 8 – Resposta consolidada dos Conselhos Tutelares – Apoio da CISDECA

13. Os veículos disponibilizado pelo CISDECA para auxílio nos transportes fora do horário regular de expediente atendem satisfatoriamente?

[Mais Detalhes](#)[Insights](#)

Fonte: PT_18 – Consolidação dos *checklists* aplicados - FORMS, fl. 4, associado aos autos.

162. Como é possível observar, praticamente todos os Conselhos Tutelares qualificaram como insatisfatório o auxílio administrativo, prestado pela CISDECA, necessário ao deslocamento do conselheiro tutelar ao local da ocorrência da denúncia.

⁶⁸ Decreto nº 37.950/2017, art. 36, § 1º, disponível em https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/e03f4ba9fc32480a929bbece1cb7a17/exec_dec_37950_2017.html. Acesso em 18.01.2023.

⁶⁹ Decreto nº 37.950/2017, art. 40, disponível em https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/e03f4ba9fc32480a929bbece1cb7a17/exec_dec_37950_2017.html. Acesso em 18.01.2023.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

163. Conforme informações prestadas pelos Conselheiros Tutelares entrevistados, a CISDECA disponibiliza apenas 2 (dois) veículos para atendimento dos plantões em todo o Distrito Federal, sendo 1 (um) em cada metade do território.

164. Os veículos ficam situados na região centralizada do respectivo território de abrangência, atendendo sequencialmente os chamados de deslocamento realizados pelos Conselheiros Tutelares.

165. De acordo com relatos colhidos em vários Conselhos Tutelares, o deslocamento fornecido pela CISDECA demora, geralmente, de 2 (duas) até 4 (quatro) horas para chegar. Ressalte-se que, por se tratar do regime de sobreaviso, frequentemente as demandas são de caráter urgente, que demandam pronto atendimento.

166. Diante dessa situação, relataram os Conselheiros Tutelares entrevistados que, muitas vezes, o atendimento às demandas em caráter de plantão fica prejudicado em virtude da morosidade relativa ao apoio administrativo de deslocamento prestado pela CISDECA.

167. Por outro lado, houve relatos prestados pelos Conselheiros que, por vezes, diante da urgência do atendimento, os Conselheiros deslocam-se diretamente ao local da ocorrência da denúncia, com veículo próprio ou com o carro disponibilizado pela SEJUS/DF para as demandas regulares, medida essa que contraria o art. 40, parágrafo único, do Decreto nº 37.950/2017, que disciplina que o deslocamento direto do Conselheiro Tutelar ao local da ocorrência apenas deve ocorrer “em situações excepcionais devidamente justificadas pela CISDECA”.

168. Os Conselheiros Tutelares entrevistados apresentaram, como **sugestão de melhoria**, entre outras, as seguintes possibilidades: (1) o aumento dos veículos disponibilizados pela CISDECA para atendimento das denúncias em regime de plantão, com a finalidade de diminuir a abrangência que cada veículo precisa cobrir, medida que possibilitaria a melhora da logística dos atendimentos e mais agilidade no apoio prestado; e (2) regionalização do apoio prestado pela CISDECA, com a utilização de carros e pessoal autorizado dos próprios Conselhos Tutelares, que seriam escalados, sob a coordenação deste, para prestar esse apoio necessário ao deslocamento.



A.3 - Inexistência de seguro para os veículos cedidos aos Conselhos Tutelares

169. Conforme resposta da SEJUS à Nota de Auditoria⁷⁰, são distribuídos aos Conselhos Tutelares veículos para a realização das atividades, “*por abrangência da área de atuação, por quantidade de atendimentos, quilometragem e situação física do veículo.*” A lista dos veículos distribuídos aos Conselhos Tutelares foi encaminhada pela Secretaria.

170. Todavia, em visita aos Conselhos Tutelares, foi informado que os veículos não possuem seguro veicular, sendo que, caso ocorra alguma colisão durante a execução das atividades, o pagamento do valor fica de responsabilidade pessoal dos conselheiros tutelares.

171. Dessa forma, e considerando que as ocorrências atendidas pelos Conselhos Tutelares geralmente são urgentes e demandam pronto atendimento, o que pode ensejar risco aumentado no tráfego veicular, a contratação de seguro para a frota de automóveis cedidos aos Conselhos Tutelares pode ser uma boa prática, conferindo maior segurança no uso do veículo oficial e a minoração de danos, no caso de ocorrência de sinistro.

A.4 – Ausência de motorista para conduzir os Conselheiros Tutelares aos locais de atendimento

172. A função de Conselheiro Tutelar demanda, pelas atribuições do cargo, o constante deslocamento para os locais de atendimento, o qual muitas vezes deve ser realizado de maneira urgente. Nas visitas realizadas, verificou-se que, na totalidade, a função do motorista é exercida, **em caráter voluntário**, entre os membros e os servidores da equipe de apoio de cada órgão, os quais recebem uma **autorização** da SEJUS/DF a fim de amparar o desenvolvimento desta atividade.

173. De acordo com os *checklists* das visitas realizadas (PT_11), observou-se que, em pelo menos 18 (dezoito) Conselhos Tutelares, foi relatado que essa situação compromete ou, por vezes, impede o deslocamento do Conselheiro

⁷⁰ DA_5: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 1/2022, fls. 31 e 36/39, associado aos autos.



Tutelar ao local designado para atendimento, pela ausência de pessoas disponíveis para fazer o deslocamento.

174. Ocorre que, dado o caráter **voluntário e precário** desta autorização, o exercício da função de motorista torna-se um relevante problema para o adequado desenvolvimento das atividades. Em muitos casos os servidores autorizados não conduzem os veículos, seja em decorrência de não haver obrigatoriedade, seja em razão dos riscos inerentes a esta atividade, tais como: multas de trânsito, acidentes, furtos etc, ou mesmo por se encontrarem ausentes ou até mesmo exonerados do cargo.

175. Além disso, o fato de terem que suportar os riscos de possíveis prejuízos causados aos veículos e a terceiros, **dada a ausência de seguro veicular**, contribui para o agravamento do problema.

176. Os Conselheiros Tutelares entrevistados informaram que a ausência de um motorista formalmente designado torna necessário que o próprio Conselheiro Tutelar conduza o veículo oficial ao local designado e preste o atendimento à população, fato que impede a devida assistência a depender da natureza e grau de risco à segurança da situação enfrentada, uma vez que os Conselheiros relataram que se sentem inseguros de se deslocarem sozinhos para regiões de alta periculosidade.

177. Além disso, relatou-se que os atendimentos externos diários demoram em média várias horas e a retirada de um servidor da equipe de apoio para servir de motorista compromete o desenvolvimento das atividades administrativas do Conselho Tutelar.

178. Embora o artigo 9º da Lei nº 5294/14 não contemple a existência de um motorista na estrutura mínima de recursos humanos para a garantia do funcionamento dos Conselhos Tutelares, o artigo 88 da Lei nº 5294/14 aduz que o uso de veículo do serviço público pelo Conselho Tutelar deve ser objeto de normatização específica e o Decreto 37.950/17, em seu artigo 32, inciso X, dispõe que caberá ao Núcleo e Apoio Técnico e Administrativo – NAAAd coordenar as atividades de transporte do Conselho Tutelar. Todavia, inexistente definição sobre a quem caberá a função de dirigir os veículos oficiais dos Conselhos.



179. Portanto, a situação encontrada não contribui para o cumprimento das atribuições e funções dos Conselhos Tutelares do DF, mostrando-se necessário ser equacionada pela SEJUS/DF.

Causas

180. Insuficiência dos veículos disponibilizados pelo CISDECA para auxiliar os Conselheiros Tutelares em seu período de sobreaviso.

181. Ineficiência no processo de disponibilização de impressoras e *scanners* aos Conselhos Tutelares.

182. Ausência de seguro para os veículos cedidos aos Conselhos Tutelares.

183. Ausência de expressa designação de pessoal para o exercício da função de motorista nos Conselhos Tutelares do Distrito Federal.

184. Ausência de regulamentação específica para o uso de veículos pelo Conselho Tutelar.

Efeitos

185. Prejuízo no atendimento das demandas remetidas aos Conselhos Tutelares durante o período de sobreaviso.

186. Prejuízo na emissão de documentos e andamento dos processos administrativos dos Conselhos Tutelares, visto que a função de motorista é exercida entre os membros e os servidores da equipe de apoio de cada órgão.

187. Elevada insegurança do servidor autorizado a conduzir o veículo em função dos riscos inerentes à atividade e ausência de designação formal do motorista, o que acarreta o comprometimento do atendimento prestado pelos Conselhos Tutelares.

Considerações do gestor

188. No que tange à ausência de impressora/scanner (A.1), a Pasta informou que há contrato vigente de prestação de serviços de impressão em todos os



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

Conselhos Tutelares, os quais são equipados com 01 (uma) impressora do tipo multifuncional com os materiais para a sua utilização⁷¹.

189. Quanto à insuficiência de apoio administrativo pela CISDECA (A.2), a área informou que, em 2023, recebeu e atendeu 370 chamados para apoio veicular, o que representaria, em média, 2 (dois) chamados por dia e esclareceu que opera com 2 (dois) motoristas por plantão para atender às demandas, reconhecendo que a ampliação desse suporte é essencial para garantir uma resposta mais eficiente e mais rápida às necessidades da comunidade⁷².

190. A respeito da ausência de motoristas para conduzir os Conselheiros Tutelares às áreas de atendimento (A.4), a Jurisdicionada afirmou que a Lei 5.294/14 não prevê esses profissionais no quadro de servidores dos Conselhos Tutelares e esclareceu que os veículos oficiais devem ser conduzidos por servidores públicos do DF devidamente credenciados, ressalvada a possibilidade de contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de motoristas.

191. Por fim, pontuou que não há impedimentos para que os próprios conselheiros conduzam veículo oficial, contanto que devidamente autorizados⁷³, diante da necessidade de exercerem funções institucionais, em especial o disposto no art. 31, I e II, do Decreto Distrital nº 37.950/2017.

Posicionamento da equipe de auditoria

192. A respeito da manifestação acerca da ausência de impressora (A.1), percebe-se que a resposta se limitou a indicar que há contrato de prestação de serviços de impressão e que todos os Conselhos Tutelares teriam o equipamento disponível. Todavia não foi apresentada nenhuma documentação comprobatória, a exemplo de número do Contrato/Processo SEI e/ou relatório de execução contratual, que permita identificar o atendimento das demandas em todas as unidades, tampouco houve menção direta à atual situação dos Conselhos Tutelares apontados no Relatório Prévio de Auditoria. Assim, mantem-se as evidências desse Achado.

⁷¹ e-DOC 420BE79D-e, fls. 7 (Processo nº 3932/2024-e).

⁷² e-DOC D87BE63A-e, fls. 1 (Processo nº 3932/2024-e).

⁷³ e-DOC 420BE79D-e, fls. 7 (Processo nº 3932/2024-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

193. A Jurisdicionada mostrou-se disposta a melhorar o apoio administrativo da CISDECA (A.2), porém não se manifestou sobre a inexistência de seguro para os veículos oficiais cedidos aos Conselhos Tutelares (A.3).

194. Quanto à ausência de motorista para conduzir os Conselheiros Tutelares aos locais de atendimento (A.4), a afirmação da Pasta sobre ausência de previsão legal para tal cargo está alinhada às análises do Relatório Prévio. Contudo há certa contradição entre a alegação da SEJUS sobre os conselheiros dirigirem os veículos e os relatos dos Conselheiros sobre a insegurança em se deslocarem sozinhos para as regiões de alta periculosidade. Desse modo, é necessária alguma diretriz ou medida operacional no sentido de que os conselheiros sempre se desloquem em dupla ou acompanhados de um apoio administrativo.

195. Ademais, a Secretaria não se manifestou a respeito da ausência de normatização do uso de veículo pelo Conselho Tutelar, tampouco sobre as atribuições de coordenação das atividades de transporte pelo NAAAd.

196. Assim, considerando que as manifestações não foram suficientes para refutar as análises (A.1, A.3 e A.4) ou reforçaram a necessidade de implementação de medidas (A.2), entende-se que as evidências e demais elementos do Achado permanecem válidos. Procedeu-se a alguns ajustes na redação da proposição II.b a fim de que sejam considerados os aspectos de segurança (pessoal e patrimonial) na avaliação das medidas a serem adotadas.

Proposições

197. Propõe-se ao egrégio Plenário:

- I. Determinar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS/DF que
 - a) regulamente o uso de veículos do serviço público distrital pelos Conselhos Tutelares, inclusive durante o regime de sobreaviso, de modo a estabelecer explicitamente os responsáveis pela função de deslocamento dos Conselheiros Tutelares, atendendo o previsto no art. 88 da Lei nº 5294/2014;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

- b) adote as medidas cabíveis no sentido de garantir o deslocamento necessário e tempestivo aos Conselheiros Tutelares com vistas à execução de suas atividades, realizando estudo técnico de viabilidade técnico-econômica que considere os aspectos da economicidade, eficiência, eficácia e segurança (pessoal e patrimonial), bem como as diferentes possibilidades de deslocamento, a exemplo da: 1) condução dos veículos pelos próprios Conselheiros Tutelares; 2) utilização do TáxiGov pelos Conselheiros Tutelares; 3) contratação de serviços terceirizados; 4) disponibilização de veículos próprios com motoristas formalmente designados;
- c) realize levantamento das impressoras e scanners à disposição dos Conselhos Tutelares com indicação da respectiva condição de funcionamento e adote medidas visando fornecer os equipamentos para as unidades que estão desfalcadas, bem como realize as respectivas trocas e reparos dos equipamentos defeituosos.

Benefícios esperados

198. Aumento do número de atendimentos realizados pelos Conselhos Tutelares, diminuição da sobrecarga de trabalho, bem como melhoria da segurança funcional.

2.1.3 Achado 1.3 – Inadequação da quantidade de Conselhos Tutelares em Regiões Administrativas do Distrito Federal com indicadores sociais críticos.

Critério

199. Caberá aos Municípios e ao Distrito Federal criar e manter Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de um Conselho para cada cem mil habitantes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

200. Legislação aplicável: Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), art. 132; Resolução nº 170/2014 CONANDA, art. 3º e Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 13, parágrafo único.

Análises e Evidências

201. A criação, proporção e distribuição dos Conselhos Tutelares em relação à população de cada Região Administrativa do Distrito Federal encontra-se expressamente definida *no art. 13, parágrafo único, da Lei Orgânica do DF; no art. 3º, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 170/2014 CONANDA; no art. 132 da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); no art. 5º, §§ 1º e 2º da Lei nº 5.294/14 (Dispõe sobre os Conselhos Tutelares no DF)*, consoante exposto a seguir:

Art. 13, parágrafo único da Lei Orgânica do DF

Art. 13. A criação ou extinção de Regiões Administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais.

Parágrafo único. Com a criação de nova região administrativa, fica criado, automaticamente, conselho tutelar para a respectiva região. (Parágrafo acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 83 de 20/08/2014)

Art. 3º, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 170/2014 CONANDA

Art. 3º Em cada Município e no Distrito Federal haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, em cumprimento ao disposto no art. 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º Para assegurar a equidade de acesso, caberá aos Municípios e ao Distrito Federal criar e manter Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de um Conselho para cada cem mil habitantes.

*§ 2º Quando houver mais de um Conselho Tutelar em um Município ou no Distrito Federal, caberá à gestão municipal e/ou distrital distribuí-los conforme a **configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações a seus direitos, assim como os indicadores sociais.***

§ 3º Cabe à legislação local a definição da área de atuação de cada Conselho Tutelar, devendo ser, preferencialmente, criado um Conselho Tutelar para cada região, circunscrição administrativa ou microrregião, observados os parâmetros indicados no § 1º e no § 2º.

Art. 132 da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

Art. 5º, §§ 1º e 2º da Lei nº 5.294/14

art. 5º Ficam criados, nas regiões administrativas, os seguintes Conselhos

(...)

*§ 1º A localização e a área de atuação de cada Conselho Tutelar são definidas por ato da Secretaria de Estado da Criança, **observando-se a incidência e a prevalência de violações de direitos de crianças e de adolescentes.***

*§ 2º O Poder Executivo deve analisar, **periodicamente, a necessidade de propor** a criação de novos conselhos tutelares quando justificado pela:*

I – incidência de violações de direitos das crianças e dos adolescentes;

II – densidade populacional e extensão territorial;

III – criação de nova região administrativa.

202. A população total do Distrito Federal em 2022, de acordo com dados divulgados pela então Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN⁷⁴, era de 3.127.142 (três milhões, cento e vinte e sete mil e cento e quarenta e dois) habitantes para um total de 42 (quarenta e dois) Conselhos Tutelares instalados e em funcionamento à época.

203. Esse quantitativo resulta na proporção de um Conselho Tutelar para cada 74.456 (setenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e seis habitantes), fato que, isoladamente, não justificaria a necessidade de criar novos Conselhos Tutelares, pois há pelo menos um Conselho Tutelar para cada 100 mil habitantes, portanto, acima do critério requerido pelo art. 3º, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução nº 170/2014 CONANDA.

204. Por outro lado, a análise dos dados populacionais, conjugada com os números de casos de violações de direitos de crianças e adolescentes e com os resultados de indicadores sociais apurados para cada Região Administrativa,

⁷⁴ DA_12 – Estudo de Projeções Populacionais para o DF – CODEPLAN, associado aos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

demonstra que a quantidade de Conselhos Tutelares existentes no DF é inadequada, pois não atende aos critérios estabelecidos na legislação de regência, consoante exposto mais adiante⁷⁵.

205. Indagada acerca do assunto e sobre quais providências foram adotadas pela Secretaria para abertura de novos Conselhos Tutelares e os critérios avaliados para essa necessidade⁷⁶, a SEJUS informou⁷⁷ que o planejamento, aquisição e ou construção de novas sedes são realizados por meio de estudo considerando indicadores como densidade populacional, vulnerabilidade social, criação de nova Região Administrativa, observando-se a incidência e a prevalência de violações de direitos de crianças e adolescentes.

206. Além disso, a Secretaria apresentou duas planilhas: uma discriminando os Conselhos Tutelares existentes em relação à população de cada Região Administrativa do DF, considerando-se dados extraídos do último sumário executivo de projeções populacionais elaborado pela CODEPLAN (2010 – 2020)⁷⁸, e a outra contendo os tipos e quantidades de violações de direitos das crianças e adolescentes ocorridas no decorrer de 2020/2022, segregados por ano e Região Administrativa⁷⁹.

207. A análise feita pela equipe de auditoria, além de examinar essas informações apresentadas, utilizou, para fins de quantificação do volume populacional, os números divulgados pela CODEPLAN contidos no estudo de projeções populacionais para a população do Distrito Federal 2020 – 2030⁸⁰, elaborado em abril de 2022, haja vista ser o estudo mais recente encontrado.

208. Também foram considerados na análise dados do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS⁸¹, que se traduz em um indicador, quanto maior mais vulnerabilidade⁸², elaborado pela então CODEPLAN e composto por uma cesta de

⁷⁵ Conforme § § 189 a 193 do presente Relatório.

⁷⁶ Nota de Auditoria nº 1 destinada à SEJUS/DF, associado aos autos.

⁷⁷ DA_5: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 1/2022, fl. 30, associado aos autos.

⁷⁸ DA_5: Resposta da Nota de Auditoria 1, fls. 33/34, associado aos autos.

⁷⁹ e-DOC 6C1813B9.

⁸⁰ DA_12: Estudo de Projeções Populacionais para o DF – CODEPLAN, associado aos autos.

⁸¹ PT_14: Dados sobre Índice de Vulnerabilidade Social do DF, associado aos autos.

⁸² O Índice de Vulnerabilidade Social – IVS considera a Estrutura Urbana do território, o Capital Humano dos domicílios e a Renda dos residentes. O valor “0” corresponde à situação ideal, ou desejável, e “1” corresponde à pior situação. Entre **0,401 e 0,500** o território é considerado de **alta vulnerabilidade** social e qualquer valor entre **0,501 e 1** indica **muito alta vulnerabilidade** social. Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica aplicada – Ipea (<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

outros indicadores que retratam aspectos da vulnerabilidade social vivenciada pela população do Distrito Federal, desagregados por Regiões Administrativas. A utilização desse dado pela equipe de auditoria baseia-se na previsão expressa do art. 3º, §§ 1º, 2º e 3º, da Resolução nº 170/2014 CONANDA, que remete à utilização de indicadores sociais para fins de distribuição dos Conselhos Tutelares de uma localidade.

209. Após consolidar os dados apresentados, a equipe de auditoria elaborou a tabela e os gráficos abaixo destacados⁸³ através dos quais se observam as Regiões Administrativas do Distrito Federal que apresentam condições mais críticas, quanto aos critérios densidade populacional projetada para 2030, número de violações e maior IVS, justificando uma atuação mais célere e pontual por parte da SEJUS/DF a fim de se propor a criação de novos conselhos tutelares para tais localidades.

Tabela 6 – Conselho Tutelar x Projeção de volume populacional em 2030 x Quantidade de violações de direitos x IVS

Ord.	Conselho Tutelar	Região Administrativa	População 2030	Violações de Direitos 2020 a 2022	IVS 2020
1	ESTRUTURAL	ESTRUTURAL	42.056	6.859	0,72
2	SOL NASCENTE	SOL NASCENTE	107.665	*	0,6
3	FERCAL	FERCAL	9.422	1.693	0,55
4	ITAPOÃ	ITAPOÃ	114.956	2.238	0,53
5	VARJÃO	VARJÃO	9.620	1.974	0,53
6	SÃO SEBASTIÃO	SÃO SEBASTIÃO	142.200	4.457	0,48
7	PLANALTINA I e II	PLANALTINA	233.445	1.851	0,44
8	PARANOÁ	PARANOÁ	76.963	14.069	0,43
9	RECANTO DAS EMAS	RECANTO DAS EMAS	169.851	4.028	0,41
10	BRAZLÂNDIA	BRAZLÂNDIA	68.787	1.276	0,4
11	CEILÂNDIA I, II, III, IV	CEILÂNDIA	355.420	11.481	0,38
12	SAMAMBAIA I e II	SAMAMBAIA	288.321	8.548	0,38
13	SANTA MARIA I e II	SANTA MARIA	133.462	4.543	0,38
14	VICENTE PIRES	VICENTE PIRES	93.067	1.463	0,38
15	RIACHO FUNDO I	RIACHO FUNDO I	48.236	*	0,37
16	ARNIQUEIRAS	ARNIQUEIRAS	48.614	420	0,36
17	N. BANDEIRANTE	N. BANDEIRANTE	25.183	*	0,36
18	TAGUATINGA I e II	TAGUATINGA	221.805	5.214	0,36
19	SOBRADINHO II	SOBRADINHO II	90.450	*	0,35
20	GAMA I e II	GAMA	147.683	3.014	0,34
21	RIACHO FUNDO II	RIACHO FUNDO II	78.524	*	0,34
22	CANDANGOLÂNDIA	CANDANGOLÂNDIA	15.638	411	0,32

⁸³ PT_15 Planilha Excel_Conselho Tutelar x Projeção de volume populacional em 2030 x Quantidade de violações.

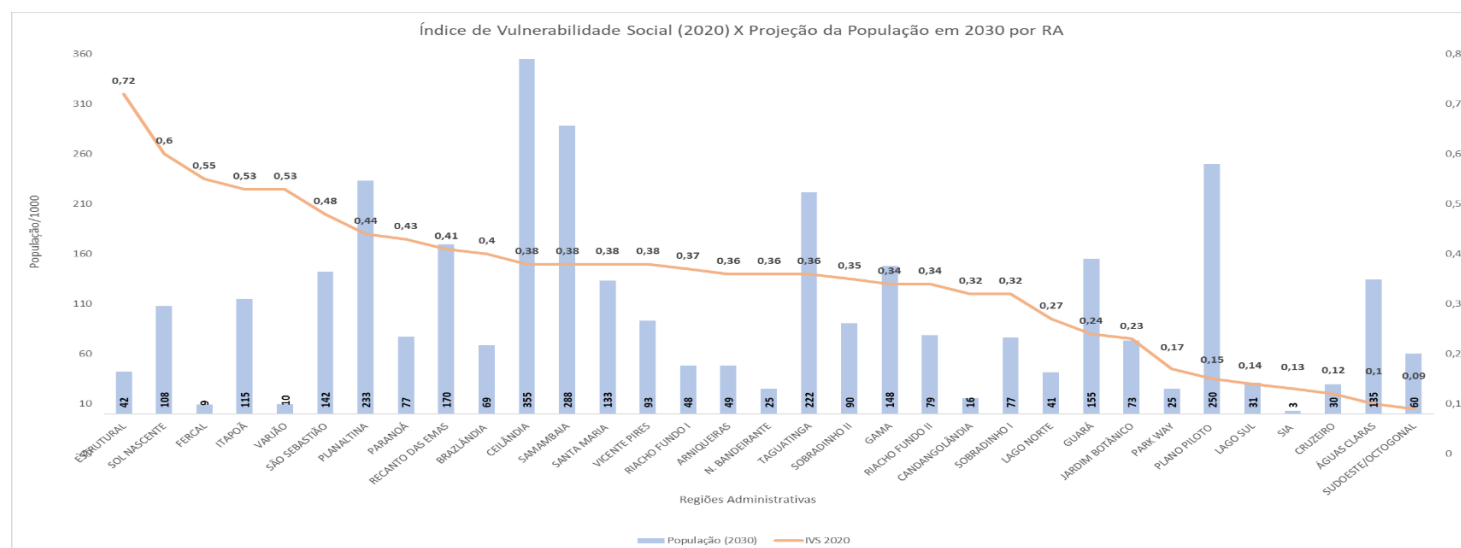
**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

23	SOBRADINHO I	SOBRADINHO I	76.579	*	0,32
24	LAGO NORTE	LAGO NORTE	41.428	749	0,27
25	GUARÁ	GUARÁ	155.243	915	0,24
26	JARDIM BOTÂNICO	JARDIM BOTÂNICO	73.493	545	0,23
27	PARK WAY	PARK WAY	24.737	224	0,17
28	BRASÍLIA I e II	PLANO PILOTO	250.236	1.091	0,15
29	LAGO SUL	LAGO SUL	31.282	334	0,14
30	SIA	SIA	2.866	257	0,13
31	CRUZEIRO	CRUZEIRO	29.757	248	0,12
32	ÁGUAS CLARAS	ÁGUAS CLARAS	134.559	1.511	0,1
33	SUDOESTE/ OCTOGONAL	SUDOESTE/ OCTOGONAL	60.472	153	0,09

Fonte: elaboração própria.

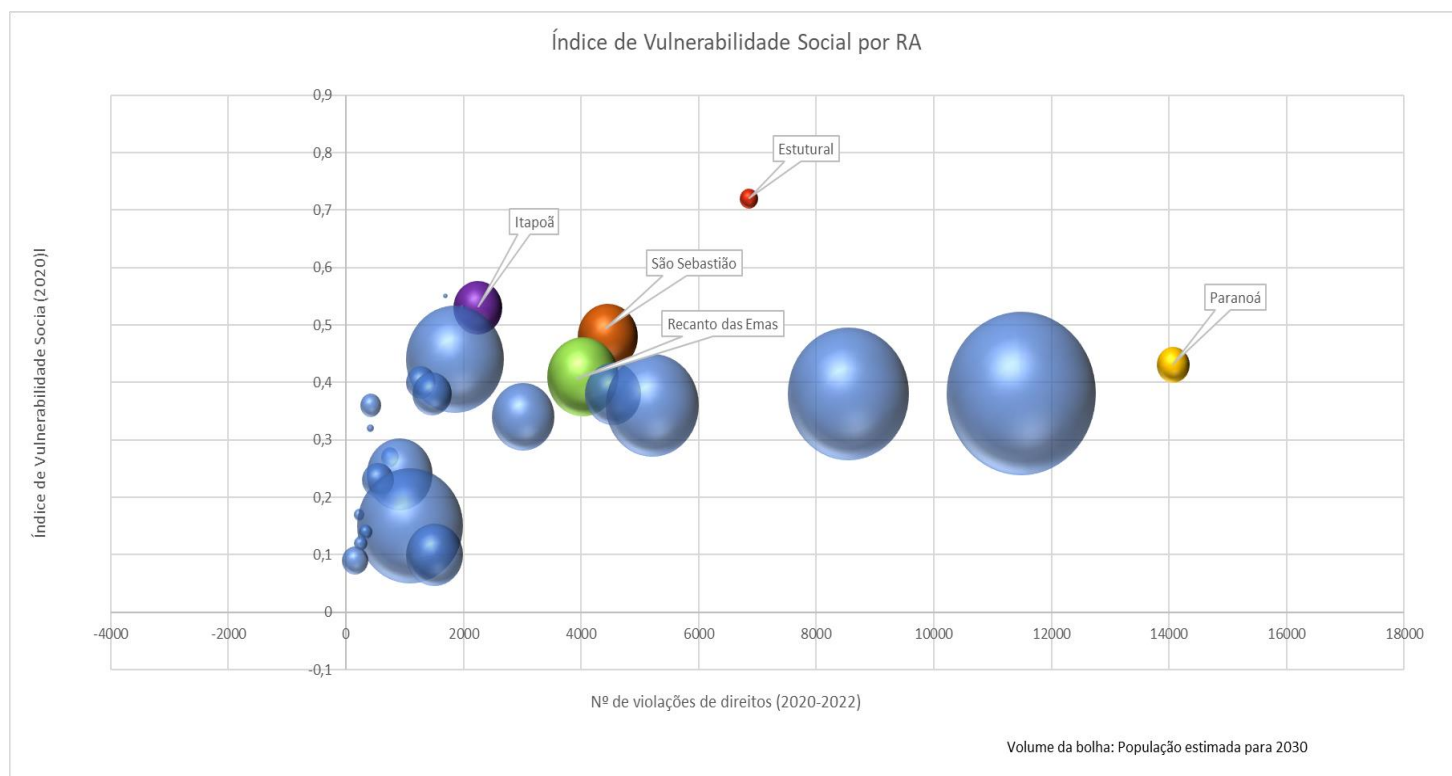
Figura 9 – Índice de Vulnerabilidade Social (2020) x Projeção da população para 2030 (hab./mil)

Fonte: elaboração própria.

Figura 10 – Índice de Vulnerabilidade Social (2020) x Nº de violações de direitos (2020 – 2022)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA



Fonte: elaboração própria.

210. A Figura nº 9 apresentou o cruzamento dos dados de índice de vulnerabilidade social – IVS com a projeção da população para 2030, permitindo visualizar quais Regiões Administrativas possuem um grande contingente populacional e, aliado a isso, relevante vulnerabilidade social, fatores que podem ensejar a necessidade de criação de mais Conselhos Tutelares.

211. A Figura nº 10, por sua vez, apresenta o cruzamento do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS das Regiões Administrativas com o número de violações de direitos. Na análise, foram destacadas as RAs do Itapoã; São Sebastião; Recanto das Emas; Estrutural e Paranoá, as quais possuem alguns dos maiores valores de IVS e número significativo de violações de direitos.

212. Os dados da tabela e dos gráficos acima foram ordenados em função das localidades com mais elevado Índice de Vulnerabilidade Social – IVS, visto que podem ser consideradas as áreas do DF com maiores propensões para ocorrência de casos de violações de direitos das crianças e adolescentes.

213. Assim, também levando-se em consideração a quantidade de violações de direitos ocorridas nos últimos 03 (três) anos, juntamente com a população projetada para 2030, e a existência de apenas um Conselho Tutelar na área, conclui-



se que **pelo menos** 06 (seis) Regiões Administrativas do Distrito Federal possuem quantidade inadequada de unidades de Conselho Tutelar, são elas:

Tabela 7 – Regiões Administrativas com quantidade inadequada de unidades de Conselho Tutelar

Ord.	Região Administrativa (RA)	População (2030)	Violações de Direitos (2020 a 2022)	IVS ⁸⁴ (2020)
1	ESTRUTURAL	42.056	6.859	0,72
2	SOL NASCENTE	107.665	*	0,6
3	ITAPOÃ	114.956	2.238	0,53
4	SÃO SEBASTIÃO	142.200	4.457	0,48
5	PARANOÁ	76.963	14.069	0,43
6	RECANTO DAS EMAS	169.851	4.028	0,41

Fonte: PT_15 Planilha Excel_Conselho Tutelar x Projeção de volume populacional em 2030 x Quantidade de violações.

214. A Região Administrativa da Estrutural, apesar da população inferior a 100 mil habitantes, possui elevada quantidade de casos de violações de direitos de crianças e adolescentes no período de 2020 a 2022, aliado ao fato de ser a RA do DF destacadamente com o maior IVS.

215. A Região Administrativa do Sol Nascente, recém-criada em 2022, não teve o número de casos de violações de direitos de crianças e adolescentes divulgado pela SEJUS/DF, no entanto, é uma RA com elevado IVS⁸⁵ e população superior a 100 mil habitantes, projetada para 2030.

216. A Região Administrativa do Itapoã tem população projetada para 2030 superior a 100 mil habitantes e elevado IVS.

217. Por sua vez, São Sebastião é uma RA com número de habitantes projetados para 2030 superior a 140 mil, alta quantidade de casos de violações no período de três anos e alto IVS.

⁸⁴ O Índice de Vulnerabilidade Social – IVS entre **0,401 e 0,500** representa território de **alta vulnerabilidade** social e qualquer valor entre **0,501 e 1** indica **muito alta vulnerabilidade** social. Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica aplicada – Ipea (<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>).

⁸⁵ Conforme DA_13 – Resultados do Índice de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

218. O Paranoá é a RA, disparadamente, com o maior número de casos de violações de direitos de crianças e adolescentes no período de três anos e alto IVS, apesar de não ter uma população superior a 100 mil habitantes.

219. Por último, a RA de Recanto das Emas possui uma população projetada para 2030 de aproximadamente 170 mil habitantes, elevado número de casos de violações no período de três anos e alto IVS.

Causas

220. Falta de planejamento e monitoramento da quantidade necessária de Conselhos Tutelares pelo Estado, deixando de buscar a implantação de novos Conselhos em regiões de maior adensamento populacional e sujeitas a violações de direitos.

221. Elevado crescimento populacional em regiões de maior vulnerabilidade social, desacompanhado do desenvolvimento da devida estrutura Estatal.

Efeitos

222. Elevada demanda de atendimentos possivelmente reprimidos com a consequente sobrecarga de trabalho e comprometimento da qualidade dos atendimentos prestados pelos Conselhos Tutelares.

Considerações do gestor

223. A jurisdicionada informou que, atualmente, há 44 (quarenta e quatro) Conselhos Tutelares em funcionamento em 35 (trinta e cinco) Regiões Administrativas. Ressaltou que a proporção mínima de um Conselho para cada cem mil habitantes deve ser observada preferencialmente, não sendo, portanto, impositiva. Contudo, afirmou que tem trabalhado na redistribuição das áreas de abrangência dos Conselhos para uma melhor adequação de acesso à população⁸⁶.

Posicionamento da equipe de auditoria

⁸⁶ e-DOC [420BE79D-e](#), fls. 7 (Processo nº 3932/2024-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

224. Apesar de enfatizar que a proporção fixada em lei de 1 (um) Conselho Tutelar para cada cem mil habitantes não seja impositiva, a Jurisdicionada afirmou que tem envidado esforços para melhorar o acesso do serviço à população.

225. Vale destacar que as RAs de Arapoanga e Água Quente, criadas em 21/12/2022⁸⁷, não constam da Tabela 6, tampouco seus respectivos Conselhos Tutelares⁸⁸. Tais regiões foram criadas pelo desmembramento das RAs de Planaltina e do Recanto das Emas, sendo que esta última foi uma das seis regiões elencadas na Tabela 7.

226. Em que pese a criação desses novos equipamentos, opta-se por manter as análises do Relatório Prévio, assim como a determinação quanto à necessidade de avaliação da criação de novos Conselhos Tutelares ou de realizar a realocação dos já existentes por não haver dados que mensurem os impactos da implantação dos dois novos Conselhos Tutelares na asseguarção da equidade de acesso ao serviço prevista na Resolução CONANDA, especialmente no serviço prestado nas duas novas Regiões Administrativas e respectivas RAs originárias.

227. Desse modo, mantêm-se válidas as evidências e demais elementos do achado, consoante apresentado no Relatório Prévio de Auditoria.

Proposições

228. Propõe-se ao egrégio Plenário:

- I. Determinar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS/DF, que adote medidas pertinentes para assegurar a equidade de acesso e viabilizar alcance mais descentralizado e amplo aos Conselhos Tutelares pela população do DF, avaliando, para tanto, a necessidade de propor a criação de novos Conselhos Tutelares ou de realizar a realocação dos já existentes para as Regiões Administrativas destacadas na Tabela 7 do Relatório Final de Auditoria e/ou outras regiões consideradas prioritárias, fundamentando a tomada de decisão em estudos

⁸⁷ Leis nº 7.190/2022 e 7.191/2022, publicação no DODF de 22/12/2022.

⁸⁸ Lista dos Conselhos Tutelares em funcionamento está disponível em <https://www.sejus.df.gov.br/conselhos-tutelares/>, acesso em 1º/07/2024.



técnicos e objetivos, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 5.294/2014 e no art. 3º da Resolução CONANDA nº 170/2014.

Benefícios esperados

229. Aumento do número de Conselhos Tutelares nas regiões mais vulneráveis, com a consequente melhoria do atendimento prestado à população do Distrito Federal.

2.2 Questão de Auditoria nº 2 – Estão sendo observadas as diretrizes estabelecidas na Lei nº 5.294/2014 e no Decreto Distrital nº 37.950/2017, em relação à vedação do acúmulo de cargos e funções pelos Conselheiros Tutelares? (Decisão nº 3.651/2020 - Processo TCDF nº 00600-00004388/2020-00-e, e Decisão nº 170/2021 - Processo TCDF nº 00600-00005124/2020-65-e)

Parcialmente. Observou-se que há indícios do exercício simultâneo da função de conselheiro tutelar com outras atividades de natureza pública ou privada. Questionada por meio de nota de auditoria, a SEJUS/DF não indicou se são tomadas medidas para assegurar que o cargo de conselheiro tutelar seja desempenhado em regime de dedicação integral ao serviço.

2.2.1 Achado 2.1 – Fragilidade dos controles relativos à vedação do acúmulo de cargos e funções pelos Conselheiros Tutelares.

Critério

230. O conselheiro tutelar deve desempenhar o cargo em regime de dedicação integral ao serviço, sendo vedado o exercício de qualquer outra atividade pública ou privada.

231. Legislação aplicável: arts. 10 e 36 da Lei Distrital nº 5.294/2014; arts. 31 e 35 do Decreto nº 37.950/2017.

Análises e Evidências

232. A necessidade de o conselheiro tutelar desempenhar o cargo em regime de dedicação integral ao serviço, com vedação ao exercício de qualquer outra



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

atividade pública ou privada, se encontra expressamente definida nos arts. 38 e 41, *inc. IV e X, da Resolução nº 170/2014 CONANDA e no art. 36 da Lei Distrital nº 5.294/2014*, conforme exposto a seguir:

Arts. 38 e 41, inc. IV e X, da Resolução nº 170/2014 CONANDA

Art. 38. A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Art. 41, parágrafo único. Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação local, é vedado aos membros do Conselho Tutelar:

(...)

IV - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

(...)

X - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

Art. 36 da Lei Distrital nº 5.294/2014

Art. 36. O conselheiro tutelar deve desempenhar o cargo em regime de dedicação integral ao serviço, observado o disposto no art. 10, sendo vedado o exercício de qualquer outra atividade profissional remunerada, pública ou privada.

233. Conforme estabelece o art. 10 da Lei Distrital nº 5.294/2014, “o Conselho Tutelar deve funcionar de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, *ininterruptamente*”. Nos outros horários, bem como nos feriados e finais de semana, o Conselho Tutelar funciona em regime de plantão, de modo a prover atendimento ininterrupto à população, conforme estatui o art. 19 da Resolução nº 170/2014 CONANDA.

234. Considerando o regime de serviço acima citado, bem como a necessidade de os integrantes dos Conselhos Tutelares estarem comprometidos com a proteção integral de crianças e adolescentes, independente de horário ou tempo para o exercício do trabalho, o legislador estabeleceu a necessidade de o conselheiro tutelar dedicar-se exclusivamente ao encargo a eles conferido.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

235. Por meio de Nota de Auditoria⁸⁹, foi solicitado à SEJUS/DF relatório contendo as medidas tomadas para assegurar que o exercício do cargo de conselheiro tutelar seja desempenhado em regime de dedicação integral ao serviço.

236. Em resposta à Nota de Auditoria⁹⁰, a SEJUS limitou-se a indicar a legislação que determina a exclusividade no exercício da função de conselheiro tutelar, afirmando que é *“de conhecimento de todos os Conselheiros(as) Tutelares”*.

237. Foram solicitadas, ainda, à Comissão de Ética e Disciplina dos Conselhos Tutelares – SEJUS/DF⁹¹ e à CGDF⁹² informações acerca de denúncias, reclamações e eventuais procedimentos administrativos relativos ao Conselho Tutelar e à atuação dos conselheiros tutelares, no período de 2020 a 2022.

238. Em resposta à Nota de Auditoria⁹³, a SEJUS/DF encaminhou a relação das denúncias e reclamações realizadas em desfavor da atuação dos Conselheiros Tutelares.

239. Das citadas representações, 23 (vinte e três) dizem respeito ao exercício de outra atividade profissional remunerada por parte dos conselheiros tutelares. Todas elas foram arquivadas pela Comissão de Ética e Disciplina dos Conselhos Tutelares, ora por não ter sido configurada a veracidade das alegações, ora por não estar configurada prática de conduta irregular.

240. A CGDF também encaminhou a relação das denúncias e reclamações colhidas na Ouvidoria do órgão⁹⁴. Das citadas denúncias, 3 (três) se referem ao exercício de outra atividade profissional, sendo que 2 (duas) estão em apuração e em 1 (uma) foi concluído que não houve prática de conduta irregular.

241. Com a finalidade de verificar se os conselheiros tutelares em exercício à época desempenhavam as atribuições do cargo em regime de dedicação integral ao serviço, foi realizado cruzamento eletrônico de dados com os bancos de dados

⁸⁹ PT_2: Nota de Auditoria nº 2/2022 associado aos autos.

⁹⁰ DA_6: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 2/2022, fl. 3. Associado aos autos.

⁹¹ PT_3: Nota de Auditoria nº 3/2022, associado aos autos.

⁹² PT_4: Nota de Auditoria nº 4/2022, associado aos autos.

⁹³ DA_7: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 3/2022, associado aos autos.

⁹⁴ DA_4: Resposta da CGDF à Nota de Auditoria nº 4/2022, associado aos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

constantes dos sistemas SIAPE, SIGRH e RAIS 2021 (declaração de 2022, com dados de 2021)⁹⁵.

242. Dos 256 (duzentos e cinquenta e seis) registros verificados, não foi encontrado nenhum outro vínculo em 212 (duzentos e doze) registros, o que corresponde a aproximadamente 82,81% (oitenta e dois vírgula oitenta e um por cento) dos registros.

243. Nos 44 (quarenta e quatro) registros remanescentes, foram identificados vínculos ora com o serviço público, ora com a iniciativa privada. Desses registros, não foram verificados indícios de irregularidades em 40 (quarenta) ocorrências, por não configurar exercício concomitante de função pública ou privada com a função de conselheiro tutelar, a exemplo de servidores públicos devidamente afastados para exercício do cargo de conselheiro tutelar.

244. Foram observadas, outrossim, a ocorrência de 4 (quatro) registros com **indícios** de possível concomitância do exercício de cargo de conselheiro tutelar com outra função, de natureza pública ou privada, conforme se observa do quadro abaixo:

Quadro 6 – Relação de conselheiros tutelares com vínculos profissionais identificados

Conselheiro Tutelar	Lotação	Exercício	Situação
GLEISON WALISON DE SOUSA SILVA	Conselho Tutelar de Santa Maria II	10/01/2016 – 10/01/2024.	Localizados vínculos com as empresas CARLOS SARAIVA IMPORTACAO E COMERCIO S/A EM RECUPERA (CNPJ Nº 25.760.877/0059-28) e RN COMERCIO VAREJISTA S.A EM RECUPERACAO JUDICIAL (CNPJ Nº 13.481.309/0147-38), ambos com admissão em 11/11/2008 e com desligamento apenas no primeiro em 28/02/2021 (Fonte: RAIS 2021);
DUCINEIA BARROS VELOSO	Conselho Tutelar do Recanto das Emas	10/01/2020 – 10/01/2024.	Localizado vínculo com a SOCIEDADE DO AMOR EM AÇÃO (CNPJ Nº 02.572.733/0001-26), com admissão em 01/04/1999 e sem desligamento (Fonte: RAIS 2021);
JONAS DA MARCENA COSTA	Conselho Tutelar de Ceilândia III	23/12/2020 – 10/01/2024.	Localizado vínculo com a empresa ATACADAO S.A. (CNPJ Nº 75.315.333/0014-23), com admissão em 01/08/2006 e sem desligamento (Fonte: RAIS 2021);
LUARA MUNIQUE DA SILVA	Conselho Tutelar do Park Way	10/01/2020 – atual.	Localizado vínculo com a empresa UPIARA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A. (CNPJ Nº 15.537.729/0003-30), com admissão em 19/12/2016 e sem desligamento (Fonte: RAIS 2021).

Fonte: elaboração própria

⁹⁵ PT_12: Cruzamento de dados dos Conselheiros Tutelares, associado aos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

245. Dessa forma, apesar de não terem sido identificados outros vínculos de natureza profissional na maioria dos registros, **há indícios do exercício simultâneo da função de conselheiro tutelar com outras atividades de natureza privada**, conforme é possível observar no quadro acima.

246. Assim, e considerando que a SEJUS, questionada por Nota de Auditoria⁹⁶, não indicou se são tomadas medidas para assegurar que o cargo de conselheiro tutelar seja desempenhado em regime de dedicação integral ao serviço, é necessário que sejam tomadas medidas para que a situação seja solucionada.

Causas

247. Baixa prioridade do Estado em relação à tomada de medidas para assegurar que o exercício do cargo de conselheiro tutelar seja desempenhado em regime de dedicação integral ao serviço, considerando a vedação legal ao exercício de qualquer outra atividade profissional remunerada, pública ou privada.

Efeitos

248. Comprometimento do pleno exercício das competências atribuídas aos conselheiros tutelares, em razão do conflito das atribuições do cargo com outras atividades profissionais.

Considerações do gestor

249. A Pasta não se manifestou quanto a esse Achado.

Posicionamento da equipe de auditoria

250. Diante da não manifestação do auditado a respeito do presente Achado e dado o lapso temporal entre a data de elaboração do RPA com a data desse Relatório Final de Auditoria, buscou-se atualizar os dados, procedendo-se a novas consultas às bases de dados para ratificar e/ou retificar as relações de vínculos outrora identificadas. Dessa forma, o Quadro 6, bem como as menções que a ele se referem foram atualizados para refletir as análises abaixo elencadas.

251. Apesar de os dados de término do exercício dos conselheiros tutelares terem sido atualizados, não foi possível estender a análise do período de

⁹⁶ PT_2: Nota de Auditoria nº 2/2022, associado aos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

acumulação com a iniciativa privada até essa data, pois a última base disponível da RAIS é a de 2021, que foi utilizada na ocasião do RPA.

252. Com relação aos conselheiros: Luara Munique da Silva, Jonas da Marcena Costa e Gleison Walison de Sousa Silva, embora tenha se confirmado a existência do vínculo empregatício com empresas da iniciativa privada em concomitância com o exercício de mandato de conselheiro tutelar, não foi possível verificar o recebimento de remuneração para o período indicado⁹⁷. Assim, propõe-se à SEJUS que realize a apuração dos indícios de ausência de dedicação integral para o período ainda não prescrito e adote as medidas necessárias para sanar as inadequações, sobretudo no caso da conselheira Luara, que ainda está em exercício, nos termos da proposição I.a.

253. No caso da ex-conselheira tutelar Ducineia Barros Veloso, foi confirmada a relação empregatícia com a Sociedade do Amor em Ação (há vínculo ativo sem data de desligamento), com o recebimento de remuneração no período de maio/2020 a dezembro/2021. Durante esse período, a conselheira tutelar recebeu subsídio de R\$ 89.009,00 do GDF como se estivesse em regime de dedicação integral. Vale destacar que Ducineia exerceu mandato até 10/01/2024, mas os dados disponíveis da RAIS não cobrem o período até o término do mandato⁹⁸. Assim, propõe-se a audiência da ex-conselheira tutelar para que apresente as razões e justificativas.

254. Por sua vez, foram excluídos os nomes dos servidores Maria de Fátima Santos Silva Andrade, Francisco Antônio Lopes de Farias e Wesley Fonseca Fraga do Quadro apresentado no RPA.

255. A respeito da servidora Maria de Fátima Santos Silva Andrade, dados do Portal da Transparência demonstraram que não houve recebimento de remuneração nos meses em que exerceu mandato de conselheira tutelar, afastando assim a evidência de vínculo indevido⁹⁹.

⁹⁷ PT_22, abas Luara, Jonas e Gleison. A conselheira tutelar Luara Munique da Silva foi reeleita para o período 2024-2027.

⁹⁸ PT_22, aba Ducineia.

⁹⁹ PT_22, aba Maria F.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

256. Quanto aos servidores e ex-conselheiros tutelares Francisco Antônio Lopes de Farias e Wesley Fonseca Fraga, verificou-se que eles foram devidamente afastados dos seus cargos efetivos para exercer o mandato de conselheiro tutelar.¹⁰⁰

257. Ademais, o pagamento das remunerações identificadas no RPA ocorreu nos termos do art. 41, § 2º da Lei Distrital 5.294/2014 que permite ao servidor efetivo eleito como conselheiro tutelar, sem prejuízo da remuneração ou subsídio do cargo efetivo, o recebimento de oitenta por cento do subsídio de conselheiro tutelar. Ou seja, haveria a possibilidade legal de recebimento simultâneo de remuneração pelos cargos, ainda que no exercício de apenas um deles, o de conselheiro tutelar.

258. No entanto, vale mencionar o caso peculiar do servidor Wesley Fonseca Fraga, detentor de dois cargos efetivos: um na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES, como assistente social, com carga horária de 40 horas semanais e outro na Secretaria de Estado de Educação - SEE, como professor, com carga horária de 20 horas semanais.

259. Afastado dos cargos efetivos acima, o servidor exerceu mandato de conselheiro tutelar, que possui carga horária de 40 horas semanais, em regime de dedicação integral por 10 anos, no período de 02/01/2013 a 02/01/2023, e recebeu nesse período a remuneração dos três cargos¹⁰¹.

260. O artigo 41, § 2º da Lei Distrital 5.294/2014 não abordou a situação dos servidores que possuem múltiplos vínculos com a administração e que se elegem como conselheiros tutelares. Portanto, a aplicação da lei ao caso concreto foi feita de forma ampliativa, beneficiando-o.

261. Embora o cargo de conselheiro tutelar não tenha a mesma natureza de cargo em comissão¹⁰², em face da lacuna da Lei Distrital 5.294/2014 acima mencionada, bem como da ausência de jurisprudência e precedentes sobre a matéria, avalia-se o caso concreto por analogia ao art. 156 da Lei Complementar Distrital 840/2011.

¹⁰⁰ Francisco: DA_16, fl. 65 e Wesley: DA_16, fl. 2 e 3.

¹⁰¹ DA_16, fls.10 a 39 extratos da remuneração do período de 2019 a 2023.

¹⁰² Art. 35, Lei Distrital 5294/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

262. Referido artigo dispõe que o servidor, quando no exercício de cargo em comissão ou função de confiança, fica afastado das atribuições do seu cargo de provimento efetivo e que a remuneração do segundo cargo efetivo depende da contraprestação de serviço e da compatibilidade de horário com o cargo em comissão ou função de confiança.

263. Nessa mesma esteira, o TCDF deliberou, por meio da Decisão nº 462/2014, item III.c.2, que caso haja compatibilidade de horários, ao servidor optante pela remuneração do referido cargo efetivo, será permitida a acumulação da remuneração do outro cargo efetivo, que continuará sendo exercido, respeitada a natureza de “acumulatividade” das funções do cargo em comissão com esse cargo efetivo, na forma estatuída na Constituição Federal.

264. Já no item III.c.3, ficou decidido que é permitida a acumulação da remuneração dos dois cargos efetivos, mesmo sem a contraprestação do serviço, desde que a soma das horas de trabalho dos cargos em regime de acumulação lícita não supere quarenta e quatro horas semanais e não tenha o servidor feito a opção pelo valor integral do cargo em comissão.

265. Em suma, avaliando à luz desses dois itens de Decisão, entende-se que o pagamento pelos dois cargos efetivos acrescido do subsídio da função de conselheiro tutelar foi indevida pelos seguintes motivos: 1) o mandato de conselheiro tutelar exige dedicação integral, portanto, não haveria compatibilidade de horários para exercer o segundo cargo efetivo (item III.c.2); 2) a carga horária dos dois cargos efetivos do servidor (60 horas) excedia o limite estipulado de 44 horas.

266. Feitos tais esclarecimentos, a discussão dessa situação atípica não visa responsabilizar o servidor ou ressarcir eventual dano ao erário, mas, visa firmar entendimento a ser aplicado a casos futuros, nos termos do art. 2º, XIII, da Lei 9.784/1999, que dispõe sobre a observância nos processos administrativos do critério de interpretação da norma administrativa que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, **vedada a aplicação retroativa de nova interpretação**, tendo em vista a obediência ao princípio da segurança jurídica, insculpido no *caput* do referido artigo.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

267. Assim, propõe-se a esta Corte determinar à SEJUS que, doravante, aplique aos conselheiros tutelares que sejam servidores ocupantes de mais de um cargo efetivo, especialmente para fins de recebimento de remuneração ou subsídio, tratamento similar ao previsto para servidores quando no exercício de cargo em comissão ou função de confiança, conforme disposto no art. 156 da Lei Complementar Distrital nº 840/2011 e Decisão TCDF nº 462/2014, tendo em vista lacuna normativa da Lei Distrital 5.294/2014.

Responsabilização

268. Considerando o exercício simultâneo da função de conselheiro tutelar com outras atividades de natureza privada, no período de 10/01/2020 a 10/01/2021¹⁰³, e a ausência de justificativas plausíveis acerca dessa conduta, propõe-se autorizar a audiência da ex-conselheira nominada a seguir.

- Irregularidade 1**

Quadro 7 – Irregularidade e período de ocorrência

Descrição da Irregularidade	Período de Ocorrência	Prejuízo
Exercício de cargo de conselheiro tutelar em concomitância com outra função, de natureza pública ou privada.	10/01/2020 a 31/12/2021	R\$89.009,00

- Responsável indicado**

Quadro 7.1 – Identificação dos responsáveis

Responsável	Cargo	Período no Cargo	Conduta	Nexo Causal	Prejuízo imputado
DUCINEIA BARROS VELOSO	Conselho Tutelar do Recanto das Emas	10/01/2020 – 10/01/2024.	Exercício simultâneo da função de conselheiro tutelar com atividade de natureza privada, infringindo os arts. 10 e 36 ¹⁰⁴ da Lei Distrital	Foi identificado vínculo empregatício da conselheira tutelar com a SOCIEDADE DO AMOR EM AÇÃO	Mínimo de R\$ 89.009,00 (considerando o período de maio/2020 a dezembro/2021)

¹⁰³ Tendo em vista a indisponibilidade de acesso a RAIS para os exercícios posteriores, não foi possível estender as análises.

¹⁰⁴ Conforme art. 36 da Lei Distrital nº 5.294/2014, o conselheiro tutelar deve desempenhar o cargo em regime de dedicação integral ao serviço, observado o disposto no art. 10 da referida norma, sendo vedado o exercício de qualquer outra atividade profissional remunerada, pública ou privada.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

			nº 5.294/2014; arts. 31 e 35 do Decreto nº 37.950/2017	(CNPJ Nº 02.572.733/0001-26), na qual foi admitida em 01/04/1999, sendo que até a publicação dos dados da RAIS 2021, não havia registro do seu desligamento. Conforme PT 22 e § 253 do Relatório Final de Auditoria, foi identificado o recebimento de remuneração no cargo privado durante o período de maio/2020 a dezembro/2021 ¹⁰⁵ .	
--	--	--	--	---	--

Proposições

269. Propõe-se ao egrégio Plenário:

- I. Determinar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS/DF que:
 - a. apure os indícios de ausência de dedicação integral ao serviço no cargo de Conselheiro Tutelar, adote as medidas cabíveis no sentido de sanar as inadequações verificadas no Quadro 6 do Relatório Final de Auditoria e aplique as devidas sanções administrativas, caso confirmadas, tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei Distrital nº 5.294/2014;
 - b. adote medidas de controle e monitoramento adequadas e contínuas para assegurar que o cargo de Conselheiro Tutelar seja desempenhado em regime de dedicação integral ao serviço, conforme disposto no art. 36 da Lei Distrital nº 5.294/2014;

¹⁰⁵ Todavia, para o restante do período no exercício do cargo de conselheira, não foi possível confirmar (tendo em vista a indisponibilidade de acesso à base RAIS mais atualizada) a continuidade do recebimento dos proventos na iniciativa privada ou verificar o seu desligamento da empresa.



- c. doravante, aplique aos conselheiros tutelares que sejam servidores ocupantes de mais de um cargo efetivo, especialmente para fins de recebimento de remuneração ou subsídio, tratamento similar ao previsto para servidores quando no exercício de cargo em comissão ou função de confiança, conforme disposto no art. 156 da Lei Complementar Distrital nº 840/2011 e Decisão TCDF nº 462/2014, tendo em vista lacuna normativa da Lei Distrital 5.294/2014.
- II. Autorizar a audiência, a ser processada em autos apartados, da ex-conselheira tutelar indicada no Quadro 7 do Relatório Final de Auditoria, com fundamento no art. 43, II, da Lei Complementar 01/1994, para que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa referentes à irregularidade apontadas no Quadro 7.1, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, II, da Lei Complementar 01/1994;

Benefícios esperados

270. Melhoria do serviço prestado pelos conselheiros tutelares do Distrito Federal, com o consequente aprimoramento do cumprimento das suas funções institucionais em benefício da população.

2.3 Questão de Auditoria nº 3 – Os Conselhos Tutelares são dotados de controles adequados e suficientes que viabilizem o efetivo acompanhamento, fiscalização, avaliação e otimização de suas funções, competências e imposições legalmente instituídas?

Parcialmente. Verificou-se que nos Conselhos Tutelares do DF há ausência de mecanismos de controle dos acionamentos ocorridos durante a escala de sobreaviso e do usufruto das devidas compensações pelos Conselheiros Tutelares. Também se constatou que os Conselhos Tutelares do DF não utilizam o Sistema de Informações para Infância e Adolescência – SIPIA CT WEB para registro das denúncias, dos atendimentos e das medidas aplicadas, apesar de expressamente previsto na



legislação, o que dificulta o registro e divulgação de dados para a formulação de políticas públicas relacionadas à criança e ao adolescente, tanto em nível federal quanto distrital.

2.3.1 Achado 3.1 – Ausência de mecanismos de controle dos acionamentos ocorridos durante a escala de sobreaviso e do usufruto das devidas compensações pelos Conselheiros Tutelares.

Critérios

271. Cabe ao colegiado de cada Conselho Tutelar elaborar a escala mensal de sobreaviso contemplando o atendimento ininterrupto das denúncias oriundas do plantão da CISDECA.

272. O conselheiro tutelar faz jus à compensação dos dias e horários trabalhados que extrapolem o horário de funcionamento semanal do Conselho Tutelar, bem como as horas e dias trabalhados durante o sobreaviso. A CISDECA deve proceder ao registro de horas e dias de trabalho extrapolados pelos conselheiros tutelares.

273. Legislação aplicável: Lei nº 5.294/2014, art. 10, §§ 2º e 3º; Decreto nº 37.950/2017, arts. 37 e 41, *caput* e parágrafo único.

Análises e Evidências

274. O horário de funcionamento dos Conselhos Tutelares do DF está disposto no art. 10 da Lei nº 5.294/2014, o qual prevê que o Conselho Tutelar deve funcionar de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, ininterruptamente, período em que devem estar presentes permanentemente na sede pelo menos dois conselheiros, sendo que a partir das 18h de um dia às 8h do dia seguinte e durante os sábados, domingos e feriados, o recebimento de denúncias de violação de direitos da criança ou do adolescente deverá ser realizado pela Coordenação do Sistema de Denúncias de Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente – CISDECA, por intermédio de linha de ligação gratuita.

275. Nos casos em que forem recebidas denúncias contra os direitos da criança ou do adolescente que sejam consideradas urgentes, a CISDECA deve comunicar o fato ao Conselheiro Tutelar que estiver de sobreaviso na localidade da



ocorrência, devendo o Conselheiro fazer jus, na forma do regulamento, à **compensação** dos dias e horários trabalhados que extrapolem o horário de atendimento ordinariamente previsto na legislação.

276. Paralelamente, o art. 20 da Resolução nº 170/2014 do CONANDA estabelece que todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

277. A fim de regulamentar o controle e o usufruto das compensações devidas aos Conselheiros, a SEJUS/DF editou a Portaria nº 336/18¹⁰⁶, *que regulamenta a compensação do sobreaviso nos Conselhos Tutelares do Distrito Federal*. A referida Portaria dispõe em seu art. 2º que as horas de sobreaviso em cada semana serão compensadas até os seguintes limites: **(I)** à razão de 8 (oito) horas caso haja atendimento durante o sobreaviso, por Conselheiro; ou **(II)** à razão de 1 (uma) hora a cada 3 (três) horas de sobreaviso, por Conselheiro.

278. Menciona ainda a Portaria, em seu art. 4º que as horas de compensação adquiridas na semana deverão ser usufruídas na semana seguinte, corridas ou fracionadas, **conforme escalas de compensação elaboradas pelos Conselhos Tutelares**, em decisão colegiada.

279. Já o art. 5º dispõe que caso o acionamento para atendimento durante a sobrejornada não seja feito pela Coordenação de Denúncias de Violação dos Direitos da Criança e Adolescente - CISDECA, **esta deverá ser comunicada pelo conselheiro tutelar acionado, para fins de registro**.

280. Por fim, o Decreto nº 37.950/2017 (Regimento Interno dos Conselhos Tutelares do DF) em seu art. 41, §1º, estabelece que **a CISDECA deve proceder ao registro de horas e dias de trabalho extrapolados pelos conselheiros tutelares**, para fins de compensação.

281. Dessa forma, a fim de averiguar como é feito o efetivo controle, registro e usufruto das compensações nos Conselhos Tutelares e na SEJUS/DF,

¹⁰⁶ Portaria nº 336/18, disponível em https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/93ff281c506c45448a16b589816b501b/Portaria_336_11_09_2018.html. Acesso em 20.01.2023.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

foram realizadas entrevistas com os Conselheiros Tutelares¹⁰⁷ presentes nos respectivos locais durante as visitas de campo realizadas pela equipe de auditoria, além de questionamento formal à Secretaria mediante Nota de Auditoria.

282. Após exame da documentação e da realização das visitas nos 42 (quarenta e dois) Conselhos Tutelares, observou-se a efetiva elaboração, encaminhamento e utilização da escala mensal de sobreaviso por parte dos Conselheiros e da CISDECA. Por outro lado, em 32 (trinta e dois) Conselhos Tutelares (76%)¹⁰⁸ não havia nenhuma modalidade de controle formal das **compensações** dos acionamentos ocorridos durante as escalas de sobreaviso, ou seja, na maioria dos Conselhos não há registro formal do usufruto da devida compensação de horário e dos acionamentos realizados fora do expediente.

283. Quanto ao registro, a cargo da CISDECA, das horas e dias de trabalho extrapolados pelos conselheiros tutelares no período de sobreaviso, a Secretaria informou que todos os acionamentos e apoios prestados via CISDECA aos conselhos tutelares durante o período de sobreaviso são devidamente registrados em planilha interna¹⁰⁹ e apresentou documentação com mais de 2600 (dois mil e seiscentos) registros feitos no período de 2020 a 2022¹¹⁰.

284. Entretanto, acrescentou que na maior parte dos acionamentos realizados pelo plantão da CISDECA em que o conselheiro tutelar realiza diligências com veículo particular ou do próprio conselho tutelar ou mediante telefone, quando não há apoio da CISDECA na disponibilização do veículo e motorista, o horário do término da diligência não é comunicado à Coordenação.

285. Também destacou que não há um fluxo de comunicação entre os conselhos tutelares e a CISDECA acerca dos acionamentos realizados, no período de sobreaviso, por cidadãos ou outros órgãos diretamente ao conselho tutelar, impossibilitando à Coordenação realizar qualquer registro e controle de informações sobre o teor, data e horário da denúncia e da atuação do conselheiro tutelar.

¹⁰⁷ PT_11: *check list* aplicado nos Conselhos Tutelares, associado aos autos.

¹⁰⁸ Conforme PT_18: Consolidação dos Check Lists aplicados - FORMS, lâmina "Form 1".

¹⁰⁹ DA_11, fls. 652/654, associado eletronicamente aos autos.

¹¹⁰ DA_11, fls. 5/494, associado eletronicamente aos autos.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

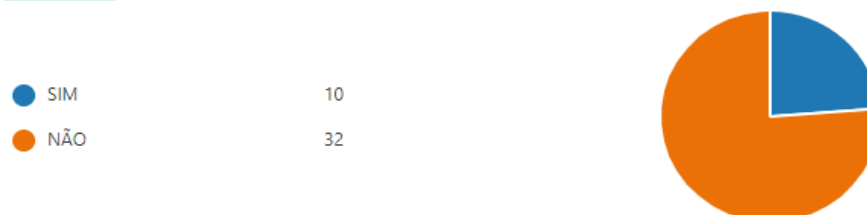
286. Assim, verifica-se a implementação e utilização de mecanismos de controle na CISDECA que permitem o efetivo registro, acompanhamento e fiscalização da maior parte dos acionamentos ocorridos durante a jornada de sobreaviso dos conselheiros tutelares, em cumprimento ao previsto no Regimento Interno dos Conselhos Tutelares. Entretanto, tais controles necessitam de ajustes de comunicação entre os conselheiros tutelares e a CISDECA, a fim de que possam ser acrescentados os acionamentos realizados por outros órgãos ou mesmo diretamente ao conselheiro de plantão, como previsto no Regimento Interno dos Conselhos Tutelares.

Figura 11 – Resposta consolidada dos Conselhos Tutelares - Compensações

28. Modalidade de controle (formal) das compensações dos acionamentos dos Conselhos Tutelares em escala de sobreaviso (art. 41 do Decreto Distrital nº 37.950/2017).

(OBS: solicitar uma cópia)

[Mais Detalhes](#)



Fonte: PT_18 – Consolidação dos *checklists* aplicados - FORMS, fl. 8, associado aos autos.

287. Portanto, do todo visto e relatado, destaca-se a situação acerca da **ausência de controle** das compensações previstas na Lei nº 5.294/2014, tanto por parte da Secretaria quanto pela maioria dos conselhos tutelares do DF, fato que necessita ser equacionado pela Secretaria, tendo em vista a impossibilidade de comprovação e exame do cumprimento da jornada de trabalho prevista na legislação.

Causas

288. Falta de comunicação dos Conselheiros Tutelares com a CISDECA, acerca: 1) do horário de início e término da diligência realizada em período de sobreaviso; e 2) dos acionamentos realizados diretamente por cidadãos ou por outros órgãos.

Efeitos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

289. Impossibilidade de comprovação formal do cumprimento da jornada de trabalho prevista no art. 10 da Lei nº 5294/14.

Considerações do gestor

290. A jurisdicionada informou que solicitou à Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação (UNITEC-SEJUS) a implementação de um sistema que permita o controle e a gestão eficientes das horas de sobreaviso e das compensações correspondentes, abrangendo todos os Conselhos Tutelares do Distrito Federal¹¹¹. Ressaltou o compromisso com a transparência, a eficiência e a precisão no registro e na gestão dessas informações.

Posicionamento da equipe de auditoria

291. Observa-se o intuito da Jurisdicionada para implementar as mudanças necessárias, tendo em vista que não contestou as indicações propostas pela Equipe de Auditoria e apresentou providências iniciais visando superar as fragilidades identificadas. Dessa forma, as evidências e elementos do achado se mantêm válidos, conforme apresentado no Relatório Prévio de Auditoria, realizando-se apenas ajustes redacionais e o desdobramento da proposição em três itens distintos visando maior clareza.

Proposições

292. Propõe-se ao egrégio Plenário:

- I. Determinar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS/DF que:
 - a. aperfeiçoe o controle dos registros realizados pela Coordenação do Sistema de Denúncias de Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente – CISDECA acerca das horas e dias de trabalho extrapolados pelos conselheiros tutelares;
 - b. estabeleça fluxo de comunicação ao CISDECA dos acionamentos diretos de Conselheiro Tutelar, em escala de sobreaviso, realizados por cidadãos ou outros órgãos;

¹¹¹ e-DOC [D87BE63A-e](#), fls. 1 (Processo nº 3932/2024-e).



- c. realize o controle das compensações dos dias e horários trabalhados pelos conselheiros tutelares que extrapolem o horário de atendimento das unidades.

Benefícios esperados

293. Implementação de mecanismos formais de controle das horas e dias de trabalho extrapolados pelos conselheiros tutelares bem como das consequentes compensações de horário previstas na legislação.

2.3.2 Achado 3.2 – Não utilização do Sistema de Informações para Infância e Adolescência – SIPIA CT WEB para registro das denúncias e atendimentos.

Critério

294. O Conselho Tutelar deve registrar as denúncias recebidas, os atendimentos e as medidas aplicadas no Sistema de Informações para Infância e Adolescência - SIPIA CT WEB, com o objetivo de resgatar informações sobre violações de direitos da criança ou adolescente e permitir o devido tratamento às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população.

295. Legislação aplicável: art. 23 da Resolução CONANDA nº 170/2014; arts. 14 e 59, inc. XIII, da Lei Distrital nº 5.294/2014; arts. 31, inc. VIII, 96, 97 e 100, do Decreto Distrital nº 37.950/2017.

Análises e Evidências

296. A necessidade de utilizar o Sistema de Informações para Infância e Adolescência - SIPIA CT WEB para registro das denúncias, dos atendimentos e das medidas aplicadas se encontra expressamente definida no art. 23 da Resolução CONANDA nº 170/2014 e nos arts. 14 e 59, inc. XIII, da Lei Distrital nº 5.294/2014, consoante exposto a seguir:

Art. 23 da Resolução CONANDA nº 170/2014

Art. 23. Cabe ao Poder Executivo Municipal ou do Distrito Federal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, ou sistema equivalente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

Arts. 14 e 59, inc. XIII, da Lei nº 5.294/2014

Art. 14. O atendimento e as medidas tomadas devem ser registrados no Sistema de Informações para Infância e Adolescência – SIPIA CT WEB, para servir de base à definição de medidas pertinentes ao restabelecimento dos direitos.

Art. 59. O exercício do cargo de conselheiro tutelar exige conduta compatível com os preceitos desta Lei e do ECA e com os demais princípios da Administração Pública, sendo deveres do conselheiro tutelar:

(...)

XIII – utilizar o SIPIA CT WEB como principal meio de registro de denúncias sobre violação de direitos de crianças e adolescentes;

297. O Sistema de Informações para Infância e Adolescência (SIPIA CT WEB), conforme dispõe o Portal Único do Governo Federal¹¹², é “*um sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre a garantia e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*”.

298. Ainda segundo o citado Portal, “*o SIPIA tem uma saída de dados agregados em nível municipal, estadual e nacional e se constitui em uma base única nacional para formulação de políticas públicas no setor*”.

299. A base de dados do SIPIA é formada justamente pelos dados encaminhados pelos Conselhos Tutelares, “*para o qual se dirigem de imediato as demandas sobre violação ou não atendimento aos direitos assegurados da criança e do adolescente.*”

300. O registro das denúncias e dos atendimentos realizados pelos Conselhos Tutelares no SIPIA é de fundamental importância para o desenho das políticas públicas relacionadas à criança e ao adolescente, tanto em nível federal quanto distrital.

301. Esse registro permite a consolidação de diversos dados relativos aos Conselhos Tutelares do Distrito Federal, como o volume de denúncias processadas, a duração dos atendimentos realizados e quais medidas foram aplicadas pelos conselheiros tutelares. A disponibilização desses dados confere ao gestor subsídios

¹¹² Consulta ao Portal Único do Governo Federal no dia 26.01.2013, disponível em <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-acesso-ao-sistema-de-informacao-para-a-infancia-e-adolescencia-sipia-conselho-tutelar>>.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

para manejar os recursos físicos e de pessoal disponíveis aos Conselhos Tutelares com maior eficiência.

302. Na aplicação do *checklist*, foi verificado se os Conselhos Tutelares utilizam, de forma regular e adequada, o SIPIA CT WEB para registro dos atendimentos realizados e das medidas tomadas, tendo sido obtido o seguinte resultado consolidado:

Figura 12 – Resposta consolidada dos Conselhos Tutelares – Uso do SIPIA CT WEB

33. Tem sido utilizado de forma regular e adequada o Sistema de Informações para Infância e Adolescência - SIPIA CT WEB para registro dos atendimentos realizados e das medidas tomadas? (OBS: em caso afirmativo, requisitar relatório demonstrativo ou acesso aos registros do SIPIA) (art. 14 c/c art. 59, inciso XIII, da Lei Distrital nº 5.294/2014).

[Mais Detalhes](#)[Insights](#)

● SIM	1
● NÃO	41



Fonte: PT_18 – Consolidação dos *checklists* aplicados - FORMS, fl. 10, associado aos autos.

303. Como é possível observar, **praticamente nenhum Conselho Tutelar do Distrito Federal utiliza o SIPIA CT WEB para registro das denúncias recebidas, dos atendimentos realizados e das medidas tomadas.**

304. Conforme observado nas visitas *in loco*, quase todos os Conselhos Tutelares utilizam o sistema SEI para processar as denúncias e representações recebidas, bem como os atendimentos realizados.

305. Segundo informaram os conselheiros tutelares, os Conselhos Tutelares apenas tratam, pelo SIPIA, denúncias originadas do Disque 100¹¹³, sendo que qualquer denúncia originada de outro meio não é processada pelo sistema.

¹¹³ Também denominado de “Disque Direitos Humanos”, é um “serviço telefônico de recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violação de direitos humanos”, conforme <https://crianca.mppr.mp.br/pagina-3.html>. Acesso em 26.01.2023.


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

306. A esse respeito, a SEJUS, em resposta à Nota de Auditoria¹¹⁴, encaminhou o relatório de uso, pelos Conselhos Tutelares, do SIPIA CT WEB, no período de 2020 a 2022.

307. No período de 2022, por exemplo, foram registradas 2403 denúncias no SIPIA. Todavia, do citado número, chama atenção o fato de haver apenas 30 denúncias registradas como procedentes e 277 como improcedentes, remanescendo 2050 (aproximadamente 85% do total) “em averiguação”, sem registro do encaminhamento que foi dado, conforme imagem abaixo:

Figura 13 – Registro das denúncias processadas no SIPIA em 2022

Atendimento Pendente	Atendimento Finalizado	Denúncia Em Averiguação	Denúncia Procedente	Denúncia Improcedente	Registro de Informação	Total
34	1	2050	30	277	11	2403

Fonte: DA_08, resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 6/2022, fl. 53, associado eletronicamente aos autos.

308. Essa situação pode ser observada nos registros individualizados nos Conselhos Tutelares, nos quais os processos são, de fato, inseridos no SIPIA, todavia, não é feito praticamente nenhum registro de informação, nem registro da procedência ou improcedência da denúncia, conforme se observa da figura abaixo, que demonstra os registros no SIPIA relativos ao Conselho Tutelar de São Sebastião em 2022:

Figura 14 – Registro das denúncias processadas no SIPIA pelo Conselho Tutelar de São Sebastião em 2022

Conselho Tutelar São Sebastião - DF	Atendimento Pendente	Atendimento Finalizado	Denúncia Em Averiguação	Denúncia Procedente	Denúncia Improcedente	Registro de Informação	Total
ALYSSON VIEIRA DE MENEZES	0	0	1	0	0	0	1
Andressa Viana Ferreira	0	0	100	0	0	0	100
BARTOLOMEU DE SENNA NASCIMENTO	0	0	8	0	0	0	8
CAROLINA DE OLIVEIRA BRANDÃO	0	0	1	0	0	0	1
FABIANE MANSUR ARAÚJO E SILVA UNGARETTI	0	0	10	0	0	0	10
Fernando Henrique Santos Nascimento	0	0	8	0	0	0	8
Jaqueline da Silva Santos	0	0	2	0	0	0	2
Josué Antônio da Silva Filho	0	0	8	0	0	0	8
Matheus Calazans Oliveira	0	0	2	0	0	0	2
Mychel de Souza Mendes	0	0	9	0	0	0	9
PEDRO DOS SANTOS CARNEIRO	0	0	3	0	0	0	3
PEDRO SANTANA DA SILVA	0	0	9	0	0	0	9
Patrícia Eufrásio de Almeida	0	0	2	0	0	0	2
Ronaldo Hilário de Rezende	0	0	7	0	0	0	7
Total:	0	0	170	0	0	0	170

Fonte: DA_08, resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 6/2022, fl. 50.

309. Os registros supracitados corroboram a situação verificada *in loco*, uma vez que demonstram que os Conselhos Tutelares recebem denúncias pelo

¹¹⁴ DA_8: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 6/2022, fls. 10 a 53.



SIPIA, todavia, não as processam no referido sistema nem inserem nele as informações necessárias.

Razões para a não utilização

310. Por meio da visitação *in loco*, os conselheiros tutelares apontaram diversos motivos pelos quais o SIPIA não é utilizado.

311. A primeira razão apontada seria a complexidade do SIPIA. Segundo os conselheiros entrevistados, o SIPIA seria um sistema complexo, não intuitivo e difícil de manejar, com vários campos diferentes para registro de dados, fato esse que inviabilizaria sua utilização.

312. Com base nessas informações, foi solicitado em alguns Conselhos Tutelares, em tempo real, o acesso ao SIPIA, com a finalidade de averiguar essas declarações.

313. Foi observado que, ao contrário do alegado, o SIPIA é um sistema rápido, de fácil utilização, com caráter intuitivo e sem alta complexidade. Ainda, foi possível localizar na *internet* tutoriais que ensinam o acesso ao sistema e como registrar as denúncias e informações.

314. Outra razão apontada seria a falta de formação, pela SEJUS, dos conselheiros tutelares e equipe de apoio. Segundo os conselheiros tutelares entrevistados, parte dos conselheiros tutelares não fez o curso para utilização do SIPIA, bem como parte da equipe de apoio. Ainda, ressaltaram que os novos servidores comissionados geralmente não realizam o curso do SIPIA.

315. A SEJUS esclareceu, em resposta à Nota de Auditoria¹¹⁵, que “*em 2020, findo o processo de escolha unificado realizado em outubro de 2019, foram disponibilizadas pela SNDCA/MMFDH, 145 vagas para formação dos novos conselheiros tutelares recém-empossados (os conselheiros em segundo ou terceiro mandatos não foram contemplados nesse momento por já terem participado de oficinas de formação realizadas em 2019)*”.

¹¹⁵ DA_8: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 6/2022, fls. 5 e 6, associado aos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

316. E que “em 2021, objetivou-se ofertar o curso para todos os servidores das Unidades de Apoio Administrativo aos Conselhos Tutelares”. Em relação à 2022, informou que, “considerando que o uso do SIPIA pelos conselheiros **tutelares ainda não é uma realidade e em razão do lapso temporal transcorrido desde a formação inicial**, estão sendo ofertadas oficinas de reciclagem e atualização de conteúdos para conselheiros tutelares e servidores administrativos.”

317. A SEJUS encaminhou, ainda, lista de frequência dos Conselheiros Tutelares que participaram do curso de capacitação do SIPIA em 2020¹¹⁶.

318. Como se observa, a SEJUS realiza ações de capacitação relativas ao SIPIA. Todavia, não se trata de uma formação continuada, tendo em vista que a própria SEJUS reconhece que foi transcorrido grande lapso temporal desde a formação inicial.

319. Ainda, observa-se que não é obrigatória a presença dos conselheiros tutelares, principalmente para aqueles que foram reconduzidos, fato que pode prejudicar a conscientização e formação continuada dos conselheiros tutelares para o uso do SIPIA.

320. Outra razão para a não utilização do SIPIA, segundo informaram os conselheiros tutelares, seria o retrabalho e o fluxo duplicado de tramitação das informações. Conforme por eles relatado, grande parte dos órgãos e entidades do Distrito Federal utilizam o SEI para a tramitação de processos e documentos.

321. Em vista disso, as demandas externas (como pedidos de informações, solicitações de processos e relatórios por outros órgãos e entidades) são formuladas e recebidas pelo sistema SEI.

322. Assim, os conselheiros tutelares informaram que acabam utilizando o sistema SEI para o trâmite dos processos, por razões de agilidade e praticidade, uma vez que todas as demandas já circulam por ele. Segundo alegado, tratar essas demandas pelo SEI e atualizar, de forma contínua, todas as informações no SIPIA geraria uma alta carga de trabalho para os recursos humanos já escassos presentes nos Conselhos Tutelares.

¹¹⁶ DA_8: Resposta da SEJUS/DF à Nota de Auditoria nº 6/2022, fls. 54 a 147, associado aos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

323. Nesse tocante, oportuno ressaltar a experiência ocorrida no Conselho Tutelar de Santa Maria II. Segundo informações colhidas dos servidores da equipe administrativa, há alguns anos o citado Conselho era referência distrital na utilização do SIPIA para registro das denúncias e informações.

324. Todavia, os órgãos que recebiam as demandas e solicitações do Conselho Tutelar (como escolas e outras instituições) utilizavam o SEI para responder as demandas formuladas. Em vista disso, como o agente externo não encaminhava os documentos pelo SIPIA, os processos ficavam em aberto, com aviso de cobrança constante pelo não encerramento deles, fato que prejudicava as estatísticas do Conselho e produzia informações que não correspondiam com a realidade.

325. O Conselho Tutelar afirmou que levou a situação para a SEJUS em 2018, solicitando providências, mas nada foi resolvido. Em vista disso, o citado Conselho passou a utilizar o SEI para tramitar os processos, assim como as outras unidades.

Sugestões apresentadas pelos conselheiros tutelares

326. Os conselheiros tutelares entrevistados apresentaram, como sugestão de melhoria, entre outras, as seguintes possibilidades: (1) formação continuada dos conselheiros tutelares e equipe de apoio para o uso do SIPIA, com obrigatoriedade de comparecimento dos participantes; (2) possibilidade de integrar o SIPIA com o SEI, para evitar fluxo duplicado de informações; e (3) instruir os outros órgãos a utilizar o SIPIA para tratar as demandas relativas ao conselho tutelar.

Causas

327. As causas para o citado achado são: (1) baixa prioridade do Estado em relação aos Conselhos Tutelares no tocante à formação continuada e a conscientização para utilização do SIPIA CT WEB; (2) falta de integração do SIPIA com outros sistemas operacionais do Distrito Federal, em especial o sistema SEI; e (3) falta de conscientização de outros órgãos do Distrito Federal para utilização do SIPIA.

Efeitos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

328. Comprometimento das atribuições dos Conselhos Tutelares, do atendimento das necessidades da sociedade e da formulação das políticas públicas do setor.

Considerações do gestor

329. A Jurisdicionada, por meio da Coordenação do Sistema de Denúncias de Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente – CISDECA, posicionou-se esclarecendo os papéis das áreas responsáveis pelos elementos desse Achado¹¹⁷.

330. A SISDECA coordena as ações do sistema¹¹⁸ e é responsável pela capacitação (cursos e tutoriais) e pela disponibilização de canais (telefone e WhatsApp) para sanar dúvidas sobre o uso do SIPIA. A Comissão de Ética e Disciplina - CEDICON fiscaliza a atuação dos Conselheiros Tutelares e teria a prerrogativa para exigir o uso do sistema¹¹⁹, mas não se manifestou no processo em questão.

Posicionamento da equipe de auditoria

331. A Pasta se manifestou prestando esclarecimentos, mas não demonstrou nenhuma medida que afastasse as análises e evidências apontadas pela Equipe de Auditoria. Logo, as evidências e demais elementos do achado se mantêm válidos, conforme apresentado no Relatório Prévio de Auditoria.

Proposições

332. Propõe-se ao egrégio Plenário:

- I. Determinar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS/DF que exija de todos os Conselhos Tutelares do Distrito Federal o uso do Sistema de Informações para Infância e Adolescência – SIPIA CT WEB para registro das denúncias e atendimentos, em atenção aos arts. 14 e 59, inc. XIII, da Lei Distrital nº 5.294/2014, fornecendo o suporte necessário para a realização desta atividade, a exemplo da oferta de cursos obrigatórios de

¹¹⁷ e-DOC [D87BE63A-e](#), fls. 3 (Processo nº 3932/2024-e).

¹¹⁸ Art. 85, Lei nº 5.294/14.

¹¹⁹ Art. 78, Lei nº 5.294/14.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

- formação inicial e continuada aos Conselheiros Tutelares e à respectiva equipe de apoio administrativo;
- II. Recomendar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS/DF e à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF que adotem providências, em conjunto com outros órgãos distritais e federais envolvidos, noticiando o Tribunal, no prazo de 120 dias, no sentido de viabilizar a integração entre o Sistema de Informações para Infância e Adolescência – SIPIA CT WEB e o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, de modo a aperfeiçoar o fluxo de informações e evitar a duplicidade de esforços para registro em ambas as plataformas;
- III. Recomendar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS/DF que promova, em conjunto com as Secretarias correspondentes, noticiando o Tribunal, no prazo de 120 dias, ações no sentido de conscientizar outros órgãos públicos do Distrito Federal quanto à necessidade de utilização do SIPIA, fornecendo o suporte necessário para a realização dessa atividade, a exemplo da oferta de cursos de capacitação.

Benefícios esperados

333. Aprimoramento dos registros das denúncias e atendimentos dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal, com a consequente melhoria da extração de dados a eles atinentes e formulação de políticas públicas.

3. Conclusão

334. A presente auditoria visou avaliar os Conselhos Tutelares quanto à adequação e suficiência das estruturas físicas e de pessoal; quanto à existência de acúmulo de cargos e funções pelos Conselheiros Tutelares, bem como os controles inerentes ao exercício das funções e competências. O trabalho desdobrou-se em três questões de auditoria.

335. Quanto à primeira questão, foram identificadas inadequações na estrutura física dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal, nos equipamentos e no

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

suporte administrativo a eles fornecidos, as quais comprometem o pleno exercício das atribuições legais conferidas a esses órgãos. Ainda, observou-se que a quantidade de Conselhos Tutelares existente é inadequada em algumas Regiões Administrativas cujos indicadores de densidade populacional, vulnerabilidade social e número de violações de direitos são mais críticos.

336. No tocante à segunda questão, identificaram-se alguns casos de exercício simultâneo da função de conselheiro tutelar com outras atividades de natureza pública ou privada.

337. Em relação à terceira questão de auditoria, verificou-se que há ausência de mecanismos de controle dos acionamentos ocorridos durante a escala de sobreaviso e do usufruto das devidas compensações pelos Conselheiros Tutelares. Também se constatou que os Conselhos Tutelares do DF não utilizam o Sistema de Informações para Infância e Adolescência – SIPIA CT WEB para registro das denúncias, dos atendimentos e das medidas aplicadas.

338. Nesse sentido, é possível concluir que há necessidade de melhorias na estrutura física e nos equipamentos das unidades, bem como maior controle da atuação dos Conselheiros Tutelares no que tange a exercício da função em regime de dedicação exclusiva, trabalho durante a escala em sobreaviso, usufruto das compensações e o devido registro dos dados no SIPIA.

4. Considerações finais

339. No presente Relatório de Auditoria, propõe-se a audiência conforme o quadro a seguir:

Quadro A. Responsável com proposição de audiência

Nº	Nome Completo	CPF/CNPJ
1	DUCINEIA BARROS VELOSO	825.252.261-00

5. Proposições

340. Diante do exposto, sugere-se ao Plenário:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

I. Tomar conhecimento:

- a. do Relatório Final de Auditoria, da Matriz de Achados e da Matriz de Responsabilização;
- b. do Ofício nº 1217/2024 – SEJUS/GAB (Peça 22, e-DOC 75EF35F0-c) e documentos associados;

II. Determinar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS/DF que adote as providências a seguir, apresentando a esta Corte, no prazo de 120 dias, documentação comprobatória das medidas adotadas:

- a. corrija as inadequações na estrutura física dos Conselhos Tutelares, indicadas nos Quadros 2 e 5 do Relatório Final de Auditoria, priorizando suas ações com base em critérios de relevância e urgência, de modo a garantir as condições de atendimento e funcionamento daquelas unidades, nos termos do art. 17 da Resolução CONANDA nº 170/2014; **(Achado 1.1)**
- b. zele pela devida manutenção predial preventiva e corretiva dos imóveis utilizados pelos Conselhos Tutelares, visando evitar e corrigir defeitos nas instalações que prejudiquem o adequado funcionamento, tais como os elencados nos Quadros 2 e 5 do Relatório Final de Auditoria; **(Achado 1.1)**
- c. promova a desocupação de espaços utilizados para guarda de processos físicos nas instalações dos Conselhos Tutelares, adequando-os aos termos do art. 17 da Resolução CONANDA nº 170/2014, estabelecendo, por exemplo, prazo para digitalização dos referidos processos; **(Achado 1.1)**
- d. regulamente o uso de veículos do serviço público distrital pelos Conselhos Tutelares, inclusive durante o regime de sobreaviso, de modo a estabelecer explicitamente os responsáveis pela função de deslocamento dos Conselheiros Tutelares, atendendo o previsto no art. 88 da Lei nº 5294/2014; **(Achado 1.2)**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

- e. adote as medidas cabíveis no sentido de garantir o deslocamento necessário e tempestivo aos Conselheiros Tutelares com vistas à execução de suas atividades, realizando estudo técnico de viabilidade técnico-econômica que considere os aspectos da economicidade, eficiência, eficácia e segurança (pessoal e patrimonial), bem como as diferentes possibilidades de deslocamento, a exemplo da: 1) condução dos veículos pelos próprios Conselheiros Tutelares; 2) utilização do TáxiGov pelos Conselheiros Tutelares; 3) contratação de serviços terceirizados; 4) disponibilização de veículos próprios com motoristas formalmente designados; **(Achado 1.2)**
- f. realize levantamento das impressoras e scanners à disposição dos Conselhos Tutelares com indicação da respectiva condição de funcionamento e adote medidas visando fornecer os equipamentos para as unidades que estão desfalcadas, bem como realize as respectivas trocas e reparos dos equipamentos defeituosos; **(Achado 1.2)**
- g. adote medidas pertinentes para assegurar a equidade de acesso e viabilizar alcance mais descentralizado e amplo aos Conselhos Tutelares pela população do DF, avaliando, para tanto, a necessidade de propor a criação de novos Conselhos Tutelares ou de realizar a realocação dos já existentes para as Regiões Administrativas destacadas na Tabela 7 do Relatório Final de Auditoria e/ou outras regiões consideradas prioritárias, fundamentando a tomada de decisão em estudos técnicos e objetivos, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 5.294/2014 e no art. 3º da Resolução CONANDA nº 170/2014; **(Achado 1.3)**
- h. apure os indícios de ausência de dedicação integral ao serviço no cargo de Conselheiro Tutelar, adote as medidas cabíveis no sentido de sanar as inadequações verificadas no Quadro 6 do Relatório Final de Auditoria e aplique as devidas sanções



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

administrativas, caso confirmadas, tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei Distrital nº 5.294/2014; **(Achado 2.1)**

- i. adote medidas de controle e monitoramento adequadas e contínuas para assegurar que o cargo de Conselheiro Tutelar seja desempenhado em regime de dedicação integral ao serviço, conforme disposto no art. 36 da Lei Distrital nº 5.294/2014; **(Achado 2.1)**
- j. doravante, aplique aos conselheiros tutelares que sejam servidores ocupantes de mais de um cargo efetivo, especialmente para fins de recebimento de remuneração ou subsídio, tratamento similar ao previsto para servidores quando no exercício de cargo em comissão ou função de confiança, conforme disposto no art. 156 da Lei Complementar Distrital nº 840/2011 e Decisão TCDF nº 462/2014, tendo em vista lacuna normativa da Lei Distrital 5.294/2014; **(Achado 2.1)**
- k. aperfeiçoe o controle dos registros realizados pela Coordenação do Sistema de Denúncias de Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente – CISDECA acerca das horas e dias de trabalho extrapolados pelos conselheiros tutelares; **(Achado 3.1)**
- l. estabeleça fluxo de comunicação ao CISDECA dos acionamentos diretos de Conselheiro Tutelar, em escala de sobreaviso, realizados por cidadãos ou outros órgãos; **(Achado 3.1)**
- m. realize o controle das compensações dos dias e horários trabalhados pelos conselheiros tutelares que extrapolem o horário de atendimento das unidades; **(Achado 3.1)**
- n. exija de todos os Conselhos Tutelares do Distrito Federal o uso do Sistema de Informações para Infância e Adolescência – SIPIA CT WEB para registro das denúncias e atendimentos, em atenção aos arts. 14 e 59, inc. XIII, da Lei Distrital nº 5.294/2014, fornecendo o suporte necessário para a realização dessa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

atividade, a exemplo da oferta de cursos obrigatórios de formação inicial e continuada aos Conselheiros Tutelares e à respectiva equipe de apoio administrativo; **(Achado 3.2)**

- III. Recomendar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS/DF e à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF que adotem providências, em conjunto com outros órgãos distritais e federais envolvidos, noticiando o Tribunal, no prazo de 120 dias, no sentido de viabilizar a integração entre o Sistema de Informações para Infância e Adolescência – SIPIA CT WEB e o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, de modo a aperfeiçoar o fluxo de informações e evitar a duplicidade de esforços para registro em ambas as plataformas; **(Achado 3.2)**
- IV. Recomendar à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS/DF que promova, em conjunto com as Secretarias correspondentes, noticiando o Tribunal, no prazo de 120 dias, ações no sentido de conscientizar outros órgãos públicos do Distrito Federal quanto à necessidade de utilização do SIPIA, fornecendo o suporte necessário para a realização dessa atividade, a exemplo da oferta de cursos de capacitação. **(Achado 3.2)**
- V. Autorizar:
- a. o encaminhamento à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS/DF de cópia do Relatório Final de Auditoria, do Relatório/Voto do Relator e da decisão que vier a ser proferida;
 - b. o encaminhamento à Casa Civil do Distrito Federal de cópia do Relatório Final de Auditoria, do Relatório/Voto do Relator e da decisão que vier a ser proferida, para ciência quanto ao teor do Achado 1.3;
 - c. o encaminhamento à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC/DF de cópia do Relatório Final de Auditoria, do Relatório/Voto do Relator e da decisão que vier a ser proferida, para ciência quanto ao teor do Achado 3.2;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

- d. a audiência, a ser processada em autos apartados, da ex-conselheira tutelar indicada no Quadro 7 do Relatório Final de Auditoria, com fundamento no art. 43, II, da Lei Complementar 01/1994, para que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa referentes à irregularidade apontada no Quadro 7.1, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, II, da Lei Complementar 01/1994;
(Achado 2.1)
- e. a realização de monitoramento das medidas adotadas para cumprimento dos itens II, III e IV desta Decisão;
- f. o envio dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura, Mobilidade e Segurança Pública – Segem para os devidos fins.

Brasília/DF, 07 de outubro de 2024.

Davi Assunção Salvador Nery De Castro

ACE – Mat 1419-1

Celma Ribeiro de Souza

ACE – Mat 1891-0


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO, ÁREAS SOCIAIS E SAÚDE PÚBLICA

ANEXO I – Relação da Documentação da Fiscalização

DA/PT	Descrição	e-DOC	Observação
PT_1	Nota de Auditoria nº 01 (SEJUS) - QA 1	E88DAA4D	
PT_2	Nota de Auditoria nº 02 (SEJUS) - QA 2 e 3	31ABE940	
PT_3	Nota de Auditoria nº 03 (SEJUS) - QA 2 e 3	EDDED53	
PT_4	Nota de Auditoria nº 04 (CGDF) - QA 2 e 3	5AC02C57	
PT_5	Nota de Auditoria nº 05 (COUNATA/SEJUS) - QA 3	E77D636F	
PT_6	Nota de Auditoria nº 06 (SEJUS) - QA 3	5060A26B	
PT_9	Nota de Auditoria nº 07 (SEJUS) QA 01	9A454F26	
PT_10	Nota de Auditoria nº 08 (SEJUS) QA 03	2D588E22	
PT_17	Notas de Auditoria nº 09 (SEJUS)	90E5C11A	
PT_7	Matriz de Planejamento - RLP	C2393166	
PT_11	Check-lists aplicados nos Conselhos Tutelares do Distrito Federal	27963B9C	
PT_12	Cruzamento de dados dos Conselheiros Tutelares	Associado sem e-DOC	
PT_14	Dados sobre Índice de Vulnerabilidade Social do DF	903CE759	
PT_15	Planilha Excel_Conselho Tutelar x Projeção de volume populacional em 2030 x Quantidade de violações	Associado sem e-DOC	
PT_16	Planilha Excel_Conselhos Tutelares e a quantidade de violações recebidas em cada um	Associado sem e-DOC	
PT_18	Consolidação dos Check Lists aplicados - FORMS	FE076550	
PT_19	Vídeo Alagamento do CT Itapoã	Associado sem e-DOC	
PT_20	Extração das respostas contidas nos Check Lists aplicados, com ranking - FORMS	Associado sem e-DOC	
PT_21	Matriz de Achados - RP	A41B4FBE	
PT_22	PT_22_AcumulaçãoAtualizada	Exclusivo Sisaudit	Sigiloso
DA_4	Resposta da Nota de Auditoria 4	Associado sem e-DOC	
DA_5	Resposta da Nota de Auditoria 1	FB57224E	
DA_6	Resposta da Nota de Auditoria 2	4C4AE34A	
DA_7	Resposta da Nota de Auditoria 3	956CA047	
DA_8	Resposta da Nota de Auditoria 6	22716143	
DA_10	Resposta da Nota de Auditoria nº 09	491AA454	
DA_11	Resposta das Notas de Auditoria nº 07 e 08	43BA2A68	
DA_12	Estudo de Projeções Populacionais para o DF - CODEPLAN	2721265D	
DA_13	Resultados do Índice de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal	F4A7EB6C	
DA_16	Consulta atual vínculos Conselheiros Tutelares	Exclusivo Sisaudit	Sigiloso